



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
COORDENAÇÃO DE HISTÓRIA

AUCILON BARRETO DE LIMA

**ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DAS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DO
CORONELISMO E SUAS CONTINUIDADES NA POLÍTICA ATUAL**

CAJAZEIRAS - PB

2018

AUCILON BARRETO DE LIMA

**ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DAS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DO
CORONELISMO E SUAS CONTINUIDADES NA POLÍTICA ATUAL**

Monografia apresentada a disciplina trabalho de conclusão de curso (TCC) do curso de graduação em história da unidade acadêmica de ciências sociais do centro de formação de professores da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção de nota.

Prof.^a Orientadora: Dr.^a Silvana Vieira de Sousa

CAJAZEIRAS-PB
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

L732a Lima, Aucilon Barreto de.
Análise historiográfica das práticas e representações do coronelismo e suas continuidades na política atual / Aucilon Barreto de Lima. - Cajazeiras, 2018.
55f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2018.

1. Coronelismo. 2. Política atual. 3. Grande mídia. 4. Política brasileira.
I. Sousa, Silvana Vieira de. II. Universidade Federal de Campina Grande.
III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

AUCILON BARRETO DE LIMA

ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DAS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DO
CORONELISMO E SUAS CONTINUIDADES NA POLÍTICA ATUAL

Aprovado em: Cajazeiras/PB, 10/12/18.


BANCA EXAMINADORA



(Orientadora) Prof.ª Dr.ª Silvana Vieira de Sousa
Universidade Federal de Campina Grande (UACS/CFP)



(Examinador) Prof. Ms. Francinaldo de Souza Bandeira
Universidade Federal de Campina Grande (UACS/CFP)



(Examinador) Prof. Dr. Israel Soares de Sousa
Universidade Federal de Campina Grande (UACS/CFP)

(Suplente) Prof.ª Dr.ª Maria Lucinete Fortunato
Universidade Federal de Campina Grande (UACS/CFP)

CAJAZEIRAS-PB

2018

RESUMO

A presente monografia buscar fazer uma análise “das práticas e representações do coronelismo e suas continuidades na política atual”, ou seja, procuramos estudar as relações coronelistas existente na política de hoje com base nos novos arranjos políticos, Para isso utilizamos diferentes fontes documentais como livros, artigos e jornais que tratam do tema. Tomamos como referencia teórica, para definição e caracterização do coronelismo os estudos clássicos como Raymundo Faoro, Victor Nunes Leal, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Edgar Carone etc. para discutirmos a continuidade das práticas coronelistas, lançamos a mão das novas abordagens historiográficas sobre o coronelismo. Em meio a essas fontes conseguimos articular o estudo sobre a organização do poder em consonância com a permanência das práticas políticas tradicionais que marcaram os conflitos políticos durante a República Velha (1889 – 1930) com isso buscamos analisar a permanência das práticas de ontem na política de hoje através da influência da grande Mídia com os meios de comunicações que manipulam a consciência das massas constituindo assim verdadeiros focos do coronelismo com seus conjuntos de práticas clientelista, mandonista e patrimonialista.

Palavras-Chave: Coronelismo. Política Atual. Grande Mídia. História e Historiografia.

ABSTRACT

This monograph search to make an analysis of "the practices and representations of coronelismo and its continuities in the contemporary political", in other words, we try to study the coronelistas relationship existing in the political of today based on the new political arrangements. For that, we use different documentary sources such as books, articles and newspapers that deal with the theme, based on classical theoretical references such as Raymundo Faoro, Victor Nunes Leal, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Edgar Carone etc. besides the new historiographical approaches on coronelismo. In the midst of these sources we were able to articulate the study of the organization of power in accord with the persistence of the traditional political practices that marked the political conflicts during the old republic (1889 - 1930) with this we search to analyze the permanence of yesterday's practices in today's political through the influence of the Great Media with the communications that manipulate the conscience of the masses constituting so true focuses of the coronelismo with his sets of practices clientelista, mandonista, patrimonialista.

Keywords: Coronelismo. Contemporary Political. Great Media. History and Historiography.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 1. AS DIFERENTES CONCEPÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DAS REPRESENTAÇÕES DO CORONELISMO NO TEMPO E NO ESPAÇO. | 11 |
| 2. AS DIVERSAS ABORDAGENS DO CORONELISMO E AS IMPLICAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E PERPETUAÇÃO DAS PRÁTICAS CORONELÍSTICA..... | 22 |
| 3. AS TRAMAS POLÍTICAS ATUAIS: UMA HERANÇA DAS PRÁTICAS CORONELISTAS OU SUA CONTINUIDADE?..... | 32 |
| 3.1 O ambiente do coronelismo e suas características na historiografia clássica..... | 32 |
| 3.2 A estrutura eleitoral e as práticas coronelistas: os pleitos eleitorais com espaços de luta e ambiente do neocoronelismo. | 35 |
| 3.3 Os pleitos eleitorais atuais como espaços de luta e ambiente de continuidade das práticas ditas próprias do coronelismo. | 38 |
| 3.4 Continuidades de uma herança coronelista: apropriação do público pelo privado. | 44 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 51 |
| 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 53 |

AGRADECIMENTOS

Durante a trajetória acadêmica convivemos com diferentes momentos que marcam nossa vida e nos ajuda a enxerga melhor a realidade, por esses momentos tão especiais só tenho a agradecer as pessoas que estiveram comigo no decorrer dessa caminhada.

Primeiramente agradeço a Deus por tudo de bom que nos proporcionar na vida. E em especial agradeço a professora Orientadora: Dr.^a Silvana Vieira de Sousa pela competente orientação, paciência em apoiar e estimular nas pesquisas, leituras e discussões que possibilitaram concluir esse trabalho.

Aos colegas que acreditaram e incentivaram na realização das pesquisas muito obrigado (a). Em especial Jose Claudivan Rocha Mendes pelo companheirismo, amizade, incentivo, convivência e paciência muito obrigado, a turma 2013.2 agradeço, pois todos foram peças importantes na concretização desse trabalho.

Aos professores da UFCG CFP obrigado pelo apoio, paciência, compreensão e contribuição na minha formação. Aos familiares que acreditaram e incentivaram em especial minha mãe e meu falecido pai que sempre estiveram presente apoiando muito obrigado. Finalmente agradeço a coordenação do curso de história pela acolhida e por ter auxiliado na conquista de um sonho a formação nível superior.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise das práticas e representações do coronelismo e suas continuidades nos dias atuais. O estudo foi feito a partir das análises historiográficas, dos autores que consideramos como os mais importantes que trabalharam o tema, em seus discursos sobre a vida política brasileira, principalmente no que se referi ao período da chamada Primeira República entre os anos de (1889 – 1930), essa historiografia clássica considerou o coronelismo como um sistema político implantado pelas oligarquias nesse período histórico, cuja característica é a cooperação do governo estadual e federal para sua manutenção na política do município.

Portanto, o debate que traçamos neste trabalho buscar imprimir uma proposta de entendimento do regime coronelista, dentro das perspectivas de permanência de suas práticas no contexto político brasileiro atual. Buscamos mostrar as relações de poder existentes ao longo do processo histórico de formação do imaginário político partidário até os dias atuais, como responsável pelo protagonismo das lutas que mobilizam as relações de poder, falamos aqui, sobretudo a atuação dos novos grupos socioeconômicos que passaram a atuar neste contexto político através de uma nova identidade, porém seguindo as velhas práticas ditas coronelistas remanescentes das oligarquias tradicionais.

Partindo da idéia de longevidade das raízes oligárquicas que perpassaram o tempo, através do compartilhamento parental existentes entre as elites tornou-se possível fazermos uma análise dos arranjos coronelistas contemporâneo. Dentro da perspectiva organizacional do compromisso firmado, entre a classe política brasileira e o setor privado, através das alianças feitas entre estes dois grupos tornaram mais frequentes as práticas de corrupções sendo responsável por manter a chamada prática do compadrio, que é uma espécie de troca de proveito.

Procuramos desenvolver esse trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado, “as diferentes concepções historiográficas das representações das práticas coronelistas no tempo e no espaço”. Mostramos a dinâmica das práticas coronelistas através do tempo e espaço, apoiando-se nos clássicos da historiografia que analisam o coronelismo situando-o no contexto da Primeira República e no espaço nordestino, falamos aqui especialmente dos estudos de Victor Nunes Leal, Raymundo Faoro, Maria Isaura Pereira de Queiroz.

No segundo capítulo intitulado, “As diversas abordagens do coronelismo e as implicações historiográficas sobre a estruturação e perpetuação das práticas coronelística”.

Buscamos fazer um estudo das produções historiográficas que versam sobre a perpetuação das práticas coronelistas observadas nas organizações políticas, tendo suas práticas vinculadas com o setor privado, ou seja, os conglomerados da comunicação. Aqui trabalhamos com os autores André Heráclito do Rêgo, Max Webber, Suzy dos santos, Dêis Maria Lima Cunha Silva, Maria Lucinete Fortunato. A partir desses estudos procuramos demonstrar as relações de caráter autoritário que conduziram e conduzem ainda hoje a política e a economia em nossa sociedade.

No ultimo capítulo intitulado “as tramas políticas atuais: uma herança das práticas coronelista ou sua continuidade?” definimos como objetivo tratarmos as práticas coronelistas em duas perspectivas, entendendo-o como herança ou continuidade nas tramas políticas atuais, tendo em vista, os autores como Lucinete, Andrade e santos que analisam o Neocoronelismo como responsável pela continuidade das práticas políticas de ontem na sociedade atual. Como foco desse capítulo e dessa perspectiva, procuramos mostrar as práticas coronelistas atuais no jogo de poder dos meios de comunicações, através de uma parceria político-midiático que se tornou importante para propagar seus ideais e controlar a opinião pública.

Assim, as análises feitas neste trabalho buscam investigar a permanência das práticas coronelistas, mostrando as relações de poder existente no meio político e na política contemporânea e suas consequências para sociedade. E o cenário político brasileiro que vem sofrendo com os resquícios herdados da política tradicional, através da predominância de atuação das elites com suas extensas bases de redes de parentelas que revivem na atualidade e no cotidiano político antigas práticas coronelistas de acordo e privilégios.

Procuramos enfim, fazer um levantamento da questão do coronelismo e suas práticas com a intenção de compreendermos a permanência das práticas coronelísticas nos dias atuais, tendo em vista os arranjos existentes no meio político atual, como resquícios herdados e compartilhados por meio dos parentescos, políticos brasileiros tradicionais e seus legítimos continuadores fortalecidos através de novas alianças que surgem em decorrência de novos pactos de poder políticos e econômicos, firmados entre novos grupos de parentelas que começaram a atuar em um novo cenário, porem através de regras de funcionamento da política definidas a partir e com as influências dos líderes tradicionais.

CAPÍTULO I

AS DIFERENTES CONCEPÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DAS REPRESENTAÇÕES DO CORONELISMO NO TEMPO E NO ESPAÇO.

Analisando a historiografia da política brasileira ao longo da chamada Primeira República, percebemos que a estrutura de organização da conduta política estava presa a um sistema de ilegalidade, através da apropriação do poder público pelo privado dentro de uma troca de proveitos, em que Victor Nunes Leal descreve como inadequada. Era a atuação do modelo político que viria a ser denominado como sistema coronelista caracterizado por este autor e outros que trataremos nesse capítulo, como lugar de superposição de poder com seus aspectos mandonista, patriarcalista e clientelista, presente nas campanhas eleitorais e se estendendo pelo tecido social e pela dinâmica econômica dos municípios brasileiros. Nesse sistema de clara atuação privada chefiada pelos grandes fazendeiros que estão no comando da vida social, os temidos “coronéis” recorrem às práticas das fraudes eleitorais e corrupções como mecanismo de perpetuação e imposição de seu poder.

Uma das primeiras abordagens Historiográficas do tema, a obra *Coronelismo, Enxada e Voto* de Victor Nunes Leal, analisa o coronelismo a partir da percepção da relação de dominação da sociedade pela riqueza e poder político de um segmento social que se torna dominante tendo colaboração do estado para se fortalecer, Leal ressaltar a liderança dos coronéis sobre a população rural no Nordeste para obtenção de votos. O discurso enfatizado por Leal argumenta-se em torno da exposição das relações políticas oligárquicas, como mandonismo, clientelismo e falseamento de votos, estes fatos são mostrados pelo autor como responsáveis pela ampliação do poder dos grandes proprietários rurais frente à política do município.

Na perspectiva do autor o coronelismo é um fenômeno que se desenvolve especialmente no espaço da tradição das oligarquias do açúcar e do algodão, ou seja, na região Nordeste durante o período da República Velha (1889 – 1930), para o mesmo a atuação dos coronéis constituía-se, sobretudo em função do domínio destes perante o sistema eleitoral assumindo neste momento o papel de representante local dos governantes da esfera estadual e federal, Leal argumenta que a estrutura agrária é base de sustentação dos poderes locais, fornecendo meios para manifestação do poder privado, a partir de uma relação de troca e proveito que favoreceu a perseguição, desorganização ou ausência dos serviços públicos.

Segundo Leal a troca de proveito entre o poder público que se encontrava fortalecido e o privado que necessitava de ajuda, aconteceu através de um mecanismo de alianças políticas que fortaleceram os laços entre os poderes, sendo causa dessa aliança o enfraquecimento do setor agrário e o fortalecimento do poder dos governantes, outro motivo principal dessa aliança é o fato de que os governantes precisavam de voto, então necessitavam da ajuda dos coronéis para manipular o voto do povo analfabeto e trabalhador, principalmente devido à abolição do regime de escravidão e o sufrágio do voto, no início da primeira república os governantes passaram a dar importância aos votos do trabalhador rural e agregados nas propriedades dos coronéis que nesse momento vão se tornar figuras importantes nesse jogo político de dominação e de negociação de poder.

Nossa estrutura agrária fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. Paradoxalmente entre tanto, esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isso se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode presidir do eleitorado rural cuja situação de dependência ainda é incontestável. (LEAL, 1976, P. 23)

A citação acima mostra uma das características primordiais do coronelismo destacada por Leal de 1889 a 1930, ou seja, o domínio político dos coronéis como chefes locais, o que lhes dá os meios para sobrevivência no município. Segundo Leal (1976) o município será, portanto o ambiente onde o chefe local mostrará o seu protagonismo político, ou seja, ser capaz de comandar o eleitorado, controlar as rivalidades entre as famílias no município, fornecer empréstimo de dinheiro, garantir despesas com Remédios, alojamento, refeição, transporte do eleitorado em dias de pleitos eleitorais, teria que ser proveniente de um líder incondicional capaz de ter a obediência de todos os seus protegidos, essa interpretação de Leal seleciona valores políticos e sociais que definiram o campo político de atuação do chefe local.

Outra abordagem historiográfica semelhante à de Victor Nunes Leal sobre as características do coronelismo e sobre seu espaço de atuação, é a de Eul-Soo Pang em seu livro *Coronelismo e Oligarquia de (1889 – 1934) a Bahia na Primeira República*. Nessa obra o autor analisa os aspectos sócio-políticos do regime coronelista com base na supremacia política dos chamados coronéis homens que se baseavam no status econômico e nos privilégios dados pelo poder público. Dessa forma, possuindo o monopólio do poder local estes chefes locais, tornaram indiscutível sua força e liderança política, contribuindo para seu domínio sem resistência por parte da população. A exploração e dominação do coronel

estavam conectadas segundo Pang à estrutura familiar oligárquica e suas influências políticas, sociais e econômicas.

Na percepção crítica de Pang o coronelismo é um ato político remanescente advindo das antigas milícias coloniais, se manifestando na Primeira República através da perspectiva do poder local das elites oligárquicas nordestinas. Ou seja, seu espaço de afirmação é em uma sociedade estruturada no sistema patriarcal agrário, em que a economia é advinda dos engenhos de açúcar e das grandes fazendas de gado, que permitiram a institucionalização e a legitimidade da dominação das famílias tradicionais através de um conjunto de práticas políticas que incluem o carisma e as barganhas, como componentes do mandonismo local.

Também nas interpretações desses estudiosos essas situações que predominavam na República Velha com os coronéis e suas barganhas eleitorais, eram vistas como um meio de conseguirem vitória sobre seus adversários nas urnas, através da hierarquização do cenário político que tornava mais fácil para as oligarquias controlarem o senso comum, já que a crença da massa popular vinha da capacidade de força econômica dos chamados “coronéis” que viriam em auxílio no momento de necessidade, assim todos deveriam apoiar o político de preferência do coronel.

Nesses estudos a estrutura política tem mantido vínculos de relações de poder assimilados desde primeira república, de modo que, a historiografia vem estabelecendo novas interpretações sobre as organizações agrárias no Brasil, e seu relacionamento com os poderes públicos estaduais e federais, nas suas dimensões estruturais como elemento que definem a política e a economia do município ao longo da República Velha. As diferentes relações hierárquicas e institucionais dos diferentes grupos sociais durante esse período mantêm fortes vínculos até hoje na política brasileira, contribuindo assim para permanência do conservadorismo, como uma articulação estratégica entre as elites políticas para se manterem no domínio das bases partidárias.

Dentro dessa perspectiva Quintão (2014) nos mostra o cenário político pós 1889, relacionado com o peso geoeconômico das oligarquias estaduais especificamente São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, como sendo responsável por controlar o protagonismo político durante todo período da Primeira República. Portanto segundo o autor produzindo um federalismo desigual, sendo que em contra partida os três estados mais forte economicamente ganharam o papel de coadjuvantes no domínio do cenário político nacional.

Há pelo menos duas tendências interpretativas acerca da história política da Primeira República que são aceitas e reproduzidas por muitos historiadores e

cientistas sociais. A primeira delas diz respeito à idéia de que, após 1889, se configurou no cenário político brasileiro uma hierarquização das oligarquias dominantes nos estados. Portanto, um federalismo desigual, em que três estados – e suas respectivas oligarquias – se destacaram como os principais protagonistas, formando um tipo de “triumvirato”: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. De fato, as classificações não são completamente idênticas, porém chegam a um consenso sobre a crença de que há uma clivagem que separa as oligarquias estaduais. Havia as mais fracas politicamente, coadjuvantes no cenário nacional, oriundas de estados de menor expressividade econômica e conseqüentemente política, tendo como contrapartida as mais fortes, pertencentes aos três estados acima mencionados. (QUINTÃO, 2014, p. 02)

A análise de Quintão mostra detalhadamente as formas de dominações tradicionais das elites oligárquicas locais e regionais durante o período republicano, que serviram nitidamente de influência política para as hierarquias dominantes modernas no viés do seu relacionamento com os poderes públicos estaduais e federais. Estes estão intimamente vinculados à vida e ao cotidiano da política brasileira, onde os laços de afinidades política estão diretamente integrados às condições econômicas, políticas e sociais de cada estado e município.

Estamos tratando de uma tendência interpretativa dada pelo que podemos chamar de vertente clássica da historiografia que destaca o cenário político da Primeira República, como sendo responsável por manter uma conexão representativa sobre esse período e sobre os coronéis e o coronelismo, como elementos e ações expressas através dos grupos dominantes regionais, responsáveis por exercer uma ideologia política que vão marcar os confrontos sociais no município com relação à rivalidade polarizada pela elite econômica.

Dentro desse mesmo contexto Pang, como mostramos anteriormente, narra essas relações de poder existentes durante o período da Primeira República ou república oligárquica como raízes que se remontam desde o período colonial brasileiro que se mantiveram por muito tempo intimamente relacionado à vida política, se tornando algo institucionalizado pela elite dominante passando como uma herança de uma sociedade para outra através das suas memórias.

Na esteira dessas interpretações se destaca um discurso de que a sociedade se encontrava submetida a uma política de dominação, responsável por controlar e organizava os acontecimentos através do discurso de poder que dominava a vontade do povo, através de uma falsa verdade, um discurso pronunciado, de que era preciso submete-se a autoridade local. Um discurso que considera as façanhas dos chefes políticos como bastantes eficazes para manutenção do controle político local.

São interpretações que buscam analisar os acontecimentos que marcaram o desenvolvimento histórico do coronelismo durante a República Velha, como resultado de uma desorganização administrativa do poder centrado no sistema agrário que possuía uma base totalmente paternalista responsável por manter o mandonismo no município e auxiliando na sedimentação das relações de poder coronelistas vivenciadas no cotidiano através dos coronéis como resquício de uma memória política das organizações rurais que funcionavam amarradas com o poder público, se tornando forte expressão política e social marcadas pelas relações de poder.

Para estes estudiosos clássicos, essas relações existentes entre o poder público e o privado servem para sustentar os votos partidários nos sistemas eleitorais, isso marca o modelo de competição político institucionalizado ideologicamente, desde a República Velha representando uma estratégia política presente no cenário eleitoral nacional, organizados entre os grandes grupos financeiros e os partidos políticos mais importante para firmar seus interesses políticos nas eleições evidenciando os privilégios ao setor privado devido sua conduta clientelista nas barganhas eleitorais, seja a mídia ou setores empresariais ligados a imprensa ou a grandes ramos da indústria brasileira estão inseridos nessas trocas de favores entre as esferas públicas e privadas.

Como percebemos, os discursos historiográficos sobre as práticas coronelistas nos mostra como acontecia o controle municipal através das organizações econômicas rurais os grandes proprietários de terras, denominados de coronéis com poder expresso através das campanhas eleitorais, se colocando no direito e na posição de escolher as pessoas que deveriam trabalhar nos cargos públicos municipais, essas relações de proveito foram responsáveis por sustentar o poder privado, na pessoal do coronel, frente à política do município durante a República Velha.

Dentro desse mesmo viés interpretativo da relação de poder Ardenghi (2003) nos mostra em seus estudos as práticas coronelistas como elemento formador do espaço social, responsável por criar uma identidade regional que perpassa o tempo tornando as disputas políticas bastante acirradas, diferente do discurso de Leal que define o espaço local como centro de atuação do coronel. Ardenghi toma como exemplo o espaço regional das práticas políticas coronelísticas, neste caso o estado do Rio Grande do Sul no período de 1889 a 1930.

Os coronéis-militares e os tropeiros descendentes de tradicionais famílias paulistas constituíram o grupo dominante na fase de ocupação, estendendo-se por todo o período imperial e início da república. Durante a República

Velha, fatores socioeconômicos advindo das mudanças que se operam nas atividades produtivas, favorecem a emergência do *poder do mato*, constituídos por ervateiros, chacareiros e pequenos proprietários. Nessa fase, estabelece-se um clima permanente de enfrentamento com o *poder do campo*, que até então se constituía no grupo dominante e controlador das relações políticas locais. (ARDENGHI, 2003 P.21)

O discurso de Ardenghi descrever o coronel como comandante político, sócio-econômico local, constituindo-se, em uma figura dominante que controlava as grandes propriedades de terras e comandava as pessoas. Esses proprietários denominados de poder do campo possuíam grandes influências política dentro do município apenas com a diferença de que estavam submetidos às normas do governo estadual, em uma época em que havia ali fortes conflitos entre diferentes grupos pelo domínio regional.

A visão da autora mostra o processo coronelista como sendo responsável pela construção do espaço político regional, criando uma espécie de identidade que estabelece uma ponte no imaginário coletivo cotidiano, trazendo o acirramento dos conflitos sociais entre o poder do campo e o poder do mato pelo apossamento das terras, estabelecendo um limite de dominação no qual o poder privado atua através da troca de proveito com poder público para obter a liderança política local.

Ardenghi (2003) analisa essa situação através da construção do espaço regional por meio das lutas e violências cotidianas ocorridas no município de Palmeira das Missões no estado do Rio Grande do Sul durante a Primeira República, onde caboclos, ervateiros e coronéis disputavam o controle regional, essas disputas entre os dois poderes analisados por Ardenghi como poder do campo e poder do mato ficaram marcados na memória histórica regional onde se criou uma espécie de identidade política levando os pleitos eleitorais, se tornar bastantes disputados.

A dinâmica política do espaço regional representa diretamente a luta das camadas dominantes, com seus esforços de defender os interesses político-partidários regionais existentes desde a República Velha. Práticas que procuram o tempo todo estabelecer um consenso no cenário político nacional, com os representantes pertencentes aos estados considerados economicamente mais fortes, usar isso como tática para se manterem como peça coadjuvante no controle político nacional. Essa construção das representações sociais dos estados mais ricos financeiramente, estão ligadas ao seu poder de dominação através da apropriação das memórias herdadas ao longo do tempo das antigas organizações oligarquias coronelistas da Primeira República.

Em virtude das estruturas coronelistas ultrapassarem o espaço local e regional com suas influências políticas de dominação estendeu-se a todos os escalões sociais. O controle do coronel, se constituindo de um papel sócio-político, em que Queiroz (1975) vai esclarecer em suas interpretações sociológicas do coronelismo como elemento fundamental de distribuição dos indivíduos no espaço social representativo. Neste regime político o coronel vai atuar como interlocutor entre os diferentes grupos sociais em disputa pelo poder.

Segundo Queiroz a estrutura política do coronelismo floresceu na primeira república, mas suas raízes vêm desde Brasil império sendo que o principal fundamento de sua permanência no período da República Velha era a posse de bens e o domínio das parentelas, contribuindo para persistência do jogo político através das clientelas e das barganhas eleitorais permitindo a ascensão dos chamados coronéis como chefe municipal.

Um “coronel” importante constituía assim uma espécie de elemento socioeconômico polarizador, que servia de ponto de referencia para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social, fosse estes seus pares ou seus inferiores. Era o elemento chave para se saber quais as linhas políticas divisórias entre os grupos e os subgrupos na estrutura tradicional brasileira. (QUEIROZ, 1975, P.156)

Portanto o coronelismo descrito por Queiroz se caracteriza pelo mandonismo local no Nordeste brasileiro ao longo da República Velha. Sua interpretação, num viés perspectivo sociológico ajuda a pensar melhor a nova história política brasileira, como integrada numa estrutura econômica, política e social, em que a posse de bens se tornou o principal fundamento de força das organizações políticas. A polarização das questões políticas e econômicas nos grandes estados deixa em prejuízo as regiões menos desenvolvidas política e economicamente, neste caso tratado as regiões Norte e Nordeste com uma menor importância no cenário político nacional.

A forma de atuação do modelo político coronelista da República Velha caracteriza hoje um mecanismo fundamental para domínio dos governantes sobre as eleições, as organizações partidárias com suas façanhas políticas conseguem controlar o judiciário, eliminando a competição política com candidatos importantes através da marginalização do parlamentar frente ao eleitorado, ou mesmo o excluindo da disputa política, segundo Janotti (1997) as práticas coronelistas parecer ter uma estrutura bastante plástica se adaptando a diversos momentos históricos com a mesma intensidade, mas só que através de novos pactos políticos.

Nessa nova conjuntura dos grandes centros urbanos, há certos traços de paralelismo entre a figura do coronel e a dos chefes populistas. Ambos utilizam na conquista do eleitorado o empreguismo, o favoritismo, a barganha eleitoral, o compadrio e a violência. Diversas manifestações da violência coronelista, por exemplo, podem ser encontradas nos noticiários da imprensa, o que demonstra ser bastante discutível falar-se hoje no fim do coronelismo, mesmo num estado de economia capitalista. (JANOTTI, 1997, P.514)

Janotti nos mostra que as antigas normas continuam controlando novos eleitores com as novas figuras que compõem o jogo político, a burguesia agro-industrial os grandes grupos financeiros se unem com os governantes fecham acordos conforme seus interesses econômicos para conquistar o eleitorado, essas decisões vem causando sérios problemas políticos e econômicos no Brasil, abrindo as portas para o domínio do setor privados sobre os bens públicos causando dessa forma uma serie de inadequação social, tendo como principal sintoma dessa clientela existente entre os setores da vida pública e privada, o aumento da corrupção.

Portanto o fortalecimento político no Brasil, sem duvida está ligado ao privilegio e a influência da elite econômica de conseguir manipular as pessoas em seu favor, o sistema eleitoral continua dentro do domínio de um líder que é responsável por representar o partido político, sendo que na maioria das vezes o político que possui esse prestígio vem de uma ramificação familiar tradicional tendo como base o domínio sobre o cenário eleitoral com isso estabelecendo generalizações, distorcendo as disputas políticas mediante a compra de votos, barganhas e alianças políticas, fazendo tudo que estiver a sua disposição para se manter ou chegar ao poder.

Entender as relações de poder vivenciadas no cotidiano a partir dos questionamentos feitos sobre o poder político dos coronéis, descrito nas obras se tornou possível nos encaminhar rumo ao entendimento da dinâmica política contemporânea, descrita por vários historiadores, sociólogos e jornalistas comprometidos com fatos políticos atuais, em que apontam um quadro de práticas nas quais vários candidatos são acusados por fraudes fiscais, corrupções, desvio de dinheiro público, compra de votos, etc. essas práticas políticas são resquícios referentes à política coronelista da república velha, mas que ultrapassaram as fronteiras temporais, como Suzy dos Santos nos mostra o contexto das práticas coronelistas atualmente como uma herança que está sendo refletida através dos meios de comunicações.

Á luz da literatura historiográfica relativa ao coronelismo tentamos resgatar um conjunto de enunciados deste sistema e defender sua pertinência enquanto herança conceitual conveniente à proposição de uma categoria política para o modelo brasileiro de comunicações. Para isso, será necessário: contextualizar o coronelismo e sua adoção nas análises comunicacionais, delimitar algumas fronteiras, apontar algumas imprecisões e inconsistências corriqueiras, e, por fim, especificar nossa proposta da adoção de cinco enunciados herdados do coronelismo para constituir o coronelismo eletrônico. Definimos como enunciados hereditários do coronelismo.

- 1) “A circunscrição a um momento de transição do sistema político nacional;
- 2) As relações clientelistas com alto grau de reciprocidade;
- 3) A debilidade da distinção entre interesse público e privado;
- 4) O controle dos meios de produção baseado no poder político em detrimento do poder econômico, e;
- 5) O isolamento da municipalidade; (SANTOS, 2006, P.4)

Por essa citação podemos perceber como o sistema de comunicação brasileiro tem influenciado o consenso político, em apoiar alguns candidatos a obterem certos favorecimentos por meio da publicidade, a fim de favorecer a eleição ou a permanência de algum candidato específico no poder, sendo que isso constitui um sistema político que segue um modelo uma proposta herdada de uma tradição familiar que se adaptou aos novos tempos conseguindo sustentar seus interesses pessoais através do prestígio econômico e social, a permanência das representações das práticas coronelistas continua controlando a memória política brasileira.

Portanto qualquer que seja a disputa política municipal, estadual ou federal tem-se estabelecido algum tipo de conexão ou polarização controlada por algum grupo de político, ligado a uma estrutura familiar tradicional ou pessoas com algum prestígio econômico, seja para acompanhar os eleitores ou para manipulá-los, percebemos claramente nos pleitos eleitorais que os candidatos mais favoráveis nas eleições são os mais poderosos mesmo em pleno século XXI, onde o povo tendo a total liberdade da escolha de quem depositar o seu voto, o eleitor continua sendo manipulado de forma direta por cabos eleitorais ou políticos com promessas que nunca serão cumpridas.

Os novos discursos sobre as práticas coronelistas projetam novos meios de interpretação e entendimento das transformações ocorridas na política coronelista pós 1930 através das diferentes relações existentes no meio social, causadas pela influência de novos líderes políticos que devido à intensificação do controle da justiça eleitoral sobre o eleitorado, os chefes políticos passaram atuar de forma camuflada.

As transformações ocorridas na política estão ligadas a melhor maneira de conquistar votos sem fazer muito esforço, estamos, pois diante do que Weber mostra como os “três tipos puros de dominação legítima”, ou seja, a dominação carismática, racional e tradicional que se encontra relacionada aos diferentes tipos de manipulação, estando ligadas as diferentes maneiras de interação social dentro da perspectiva do autor. É possível ver que os políticos têm se utilizados muito da dominação por meio do carisma da confiança da pessoa criando um tipo de ideal onde na maioria das vezes passam a ser venerados. Desta forma tornando-se mais fácil exerce a dominação sobre os seus comandados ou eleitorados. Segundo Weber:

A subsistência da grande maioria das relações de domínio de caráter fundamental legal repousa na medida em que contribui para sua estabilidade a crença na legitimidade, sobre as bases mistas: o hábito tradicional e o “prestígio” (carisma) figuram ao lado da crença – igualmente inveterada, no final das contas – na importância da legitimidade formal. A comoção de uma dessas bases por exigências postas aos súditos de forma contrária à ditada pela tradição, por uma adversidade aniquiladora do prestígio ou por violação da correção de forma legal usual abala igualmente a crença na legitimidade. Contudo, para a subsistência continuada da submissão efetivas dos dominados, é de suma importância em todas as relações de domínio o fato primordial da existência do quadro administrativo e de sua atuação interrupta no sentido da execução das ordenações e de assegurar (direta ou indiretamente) a submissão a elas. (WEBER, 1997, P. 137)

As colocações de Weber com relação às dominações, tradicionais e carismáticas contribuem para visualizarmos o domínio como uma espécie de inclinação pessoal onde a questão da Hierarquia em suas variadas formas, gera uma subordinação o autor destacar a questão das associações políticas, onde os atos tradicionais tendem a se manterem. Weber cita a dominação patriarcal o pai como chefe de família sendo soberano no domínio da parentela, que assumi a autoridade de controlar as tarefas que estão sobre seu domínio. Porém a forma de atuação patriarcal vem sofrendo mudança, que passam a contribuir com a legitimidade do mandonismo onde justamente cabe ressaltar a dominação carismática apontada por Weber, pois percebemos na política nacional que a maioria dos candidatos procura se utilizar do carisma para angaria votos e permanecer no poder.

Diante dos novos mecanismos de dominação mostrados pela historiografia, onde as relações coronelistas ganharam espaço e diferentes formas de atuação, perante as transformações ocorridas nas antigas práticas, percebemos o que rege a nova dinâmica política é o voto, que é tido como mercadoria, substituindo dessa forma o voto de cabresto, e

as barganhas são feitas agora por meio de pedidos e exigências, estreitando um pouco o poder porem tornando-se ainda mais corrompida a elite política dominante.

As abordagens clássicas tratadas neste capítulo buscam justamente mostrar o cenário das práticas políticas oligárquicas a partir da discriminação e da dominação pela riqueza, especialmente na região Nordeste durante o período de 1889 a 1930, essas obras historiográficas têm em comum a análise da realidade política com relação às condições sociais locais existentes durante a Primeira República. Elas representam construção dos discursos da época sobre o coronelismo que eram bastante uniformes criando divergência e rupturas fazendo criticas as organizações partidárias e o pensamento político da época.

Este capítulo tem como objetivo tratar o tema coronelismo dentro de uma perspectiva de observância do espaço e do tempo das práticas coronelistas, através das obras historiográficas pela qual entendemos como sendo vertentes clássicas dos estudos do sistema político coronelista da Primeira República, onde constatamos que tais práticas foram responsáveis pela hegemonia das chamadas oligarquias rurais através dos processos eleitorais, onde os chamados coronéis com a compra de votos consolidavam seus planos econômicos através das trocas de favores.

O importante dessas discussões historiográficas é entendermos o que está sendo colocado sobre os coronéis e o coronelismo, Por esses autores clássicos e que são retomados por outros estudos como herança política coronelista da república velha, enquanto continuidade e representação de um modelo familiar tradicional que se estruturou na ordem social sendo assimilado no cotidiano, estabelecendo práticas políticas, através das polarizações e das disputas desleais fazendo com que a reprodução desse modelo político seja assimilada pela classe econômica dominante. Na próxima abordagem trataremos de analisar a permanência das práticas coronelistas levando em conta as concepções historiográficas que pensam a estruturação e continuidade das práticas coronelistas no imaginário político e social.

CAPÍTULO II

AS DIVERSAS ABORDAGENS DO CORONELISMO E AS IMPLICAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E PERPETUAÇÃO DAS PRÁTICAS CORONELÍSTICA.

Nas concepções historiográficas analisadas no primeiro capítulo tínhamos como objetivo perceber as bases de representações das práticas coronelistas no tempo e no espaço e os conceitos clássicos do sistema coronelista. Para estes, a estrutura agrária do latifúndio serviu de mecanismo para manifestação do poder privado, com suas relações oligárquicas caracterizadas pelo mandonismo, clientelismo e falseamento de voto, como responsáveis por marcar o ambiente político da Primeira República.

Nesse capítulo queremos argumentar que as práticas coronelistas possuem aspecto ainda presente na conjuntura política e social brasileira, em uma estrutura econômica capitalista que se apropria dessas práticas tradicionais herdadas do coronelismo para fundamentar sua participação no poder, por meio do clientelismo - troca de proveito entre o poder público e privado - ou mesmo através das relações de parentelas, na qual de forma mascarada continuam vinculadas as práticas políticas de hoje.

É necessário citarmos aqui ainda a importância da obra clássica de interpretação do coronelismo, escrita por Victor Nunes Leal (1949) *Coronelismo, enxada e voto*. É uma obra que analisa ao longo da Primeira República a organização política brasileira em seus aspectos sociais, políticos e econômicos, mas que sua abordagem aqui nesse capítulo se faz importante, por mostrar as condutas exercidas pelo poder público e privado através da corrupção, das fraudes eleitorais e dos vários tipos de ilegalidades, que restringem os aspectos democráticos do sistema político através do protagonismo do regime representativo coronelista, no viés dessa ação privada de apropriação do bem público.

O fascínio e a grande influência deixada pelo coronelismo através de suas práticas têm marcado o contexto político atual com as promessas e favorecimentos financeiros de alguns candidatos que procuram obter proveitos, sobretudo do compromisso com a elite financeira nacional, essas práticas tem sido determinantes para obtenção de votos nas campanhas eleitorais, estas condutas políticas nos mostram a complexidade do¹ sistema coronelista e o

¹ O coronelismo eletrônico é uma alusão que se faz aos novos coronéis dos tempos modernos. Se antigamente se usava este termo dos coronéis para aqueles que controlavam a propriedade da terra e com isto praticamente decidiam o poder de voto de quem morava naquele território, hoje os novos

quanto se ampliou mesmo após o fim do domínio dos coronéis em 1930, no qual passou a existir de diversas maneiras, segundo Suzy dos Santos o resquício deixado pelo coronelismo ganhou nova forma com as alianças empresariais principalmente as empresas ligadas a comunicação.

As empresas de comunicação controladas pelos coronéis não atendem às lógicas usuais de mercado. Os veículos de comunicação sob sua influência são financiados por anúncios publicitários governamentais e os veículos de comunicação governamentais sob sua gestão pelas verbas públicas. A direção das empresas no âmbito local e regional é, usualmente, cedidas aos parentes ou afiliados, prescindindo dos valores do capitalismo ocidental como, por exemplo, eficiência. (SANTOS, 2006, p. 18)

Na análise de Suzy dos Santos sobre “coronelismo eletrônico” é possível verificar que ocorreu uma grande transformação no sistema de comunicação nas últimas décadas, aumentando a tendência de aceitação de um modelo clientelista entre empresas privadas de comunicação e o poder público em prol de interesses financeiros e eleitoreiros, essas adaptações adotadas pelos meios de comunicações refletem a sobrevivência do modelo político representativo coronelista que tem conseguido coexistir de forma disfarçada no sistema político atual onde poder-se verificar que boa parte da elite política tem ligações financeiras com proprietários de empresas de comunicações ou possuindo algum tipo de vínculo familiar.

Assim, a nosso ver o sistema de comunicação constitui uma demanda de informações com objetivos próprios criando dessa forma enfoques diferentes em que o bem comum e a informação precisa não são levadas muito em conta, estas questões são bastante comuns em nossa sociedade, pois a elite política coloca sempre em primeiro lugar a familiar e o dinheiro, sendo vistas por último as causas sociais. Portanto ficar caracterizado como mostra Pang (1979 p. 34) que as práticas coronelistas da República Velha são vícios pertinentes constituindo verdadeiras farsas nos períodos eleitorais.

Como percebemos ao longo do tempo as correntes políticas sempre procuram meios fraudulentos para conseguirem vantagens eleitorais como Pang bem colocar em seu livro *Coronelismo e Oligarquia* de (1889 – 1934) o autor afirmava que era prática comum a compra de votos pelos coronéis durante a República Velha, sendo que inúmeras vezes prevalecia o mandonismo como fator marcante, devido os tradicionais valores sociais paternalistas dos

coronéis são aqueles que controlam os meios de comunicação nas diferentes regiões do Brasil. <http://tvbrasil.ebc.com.br/vertv/post/bia-barbosa-fala-sobre-o-coronelismo-eletronico>

coronéis, como honra, impiedade, valentia, coragem, machismo, arrogância, serem valores cultuados pela sociedade agrária brasileira durante a República Velha como símbolo de força e domínio social.

As relações de poder político da República Velha continuam no traço da política e da economia brasileira, por meio de rigorosos controles institucionais adotados por grupos dominantes que sustentam as decisões política no Brasil. As organizações econômicas sempre procuram serem figuras marcantes no domínio político nacional dessa forma mantém o conservadorismo como meio de identificação de sua característica política, essas identificações ficam bem claras quando tratamos dentro do âmbito da realidade regional.

Em estudos que vimos dialogando essa questão é bastante definida, ou seja, os motivos organizacionais do poder político na região sul do Brasil durante a Primeira República estava aliada à luta pela terra o apossamento das propriedades, pois seria a garantia de mais força econômica e aumento do prestígio com a população. Em decorrência desse fato os coronéis dessa região tinham a simpatia do governo do estado, com isso travavam várias lutas com os pequenos proprietários para permanecerem no domínio do poder. Segundo Ardenghi (2003) esses confrontos marcaram as representações do imaginário cotidiano constituindo hoje traços da identidade regional, tornando os pleitos eleitorais bastante disputados.

Já os motivos organizacionais da política coronelista na região Nordeste durante a República Velha estiveram mais diretamente ligados, a obtenção de votos, já que o poder público se encontrava fortalecido e o poder privado decadente. Assim os coronéis se aproveitaram da necessidade dos governantes de obterem votos para fazer alianças através das trocas de proveitos, pois os latifundiários possuíam uma influência gigantesca sobre o povo nordestino por serem donos de grande quantidade de terra e água e por séculos costumavam oferecer auxílio ao povo pobre e trabalhador, com isso ficavam devendo favores ao proprietário da terra, durante os pleitos eleitorais a população local se sentia no dever de votar em quem o coronel mandasse, esta prática se estruturou no cenário político nordestino mantendo fortes laços que perpassam o tempo influenciando o cenário político-social ainda hoje.

As diferentes abordagens feitas sobre a persistência das práticas coronelistas procuram da forte ênfase a questão do regionalismo, como marca que tipifica cada característica da relação de influência política de acordo com região onde o regime representativo passa atuar, na região sul como mostra Ardenghi (2003) o governo tem suas práticas entrelaçadas através

de pactos ou alianças com famílias tradicionais possuidoras de grande quantidade de terras, os chamados de caudilhos um grupo possuído de forte influência social, sendo que dessa forma se responsabilizam pela condução política, social e econômica do município.

Já as relações de poder coronelista no Nordeste destacada por Lucinete Fortunato estão estruturadas na construção da imagem do coronel, como sendo institucionalizada entre as elites sociais como símbolo de poder reforçando a idéia de domínio político, essa imagem do coronel remonta no imaginário das lutas políticas atuais a questão da liderança do compromisso de manter-se no poder. Segundo Fortunato a figura do chefe local é valorizada pelo povo sendo tratado como benfeitor através de troca de proveito e mandonismo local.

Nas formulações discursivas que acabamos de analisar que até um determinado momento histórico se configura como símbolo cuja referencia seria a patente da guarda nacional, quando começa a ser constituído com o objetivo de representar ou de encarnar o poder local, passa a ser uma figura permeada por contradições e ambigüidades, podendo ser, ao mesmo tempo, o coronel do atraso e o coronel modernizador; o coronel que pratica violência e que pacifica; o coronel que é bondoso e que é cruel; o amante carinhoso e o marido dominador e poderoso; o pai que tudo faz para construir o futuro dos filhos, mas que possui total controle sobre a vida destes; o político astucioso e o político bronco incapaz de compreender as mudanças que se operam na organização social e de poder; o patrão paternal e explorador. (FORTUNATO, 2008 P. 201)

Fortunato em seus estudos vai pensar o coronelismo e a imagem do coronel em suas dimensões hierárquicas e institucionais a partir de representações, ambíguas que irão defini-lo como símbolo e simulacro do poder local. Dessa forma um elemento responsável pela construção de um olhar sobre memória política nos segmentos sociais que se perpetuar através da dominação reforçando as relações de poder como sendo dada naturalmente entre os segmentos sociais dominante, ou seja, quem possuir algum potencial econômico terá uma maior probabilidade de comandar a política em sua região.

Essa questão fica perceptível nas análises historiográficas quando aponta o quanto as práticas coronelistas ainda exercem influência sobre o sistema político brasileiro, sendo facilmente visualizadas essas práticas nas campanhas eleitorais, onde os excessos de privilegio que tem alguns grupos de empresários vêm da troca de proveitos com o poder público. Os discursos feitos por Pang, Fortunato, Santos e Leal em suas obras mostram a questão das alianças como sendo responsáveis por assegurar essas inadequações política que

ultrapassaram o tempo onde esses favorecimentos constituem-se traços da identidade local e regional que ainda hoje permeiam as relações políticas.

A dinâmica do espaço político local e regional se tornou a base para o conjunto de relações das memórias das práticas políticas coronelísticas criando uma espécie de formação identitária constituída de novos elementos institucionais que ditam as regras do compromisso político partidário ajudando dessa forma na manutenção das Fraudes eleitorais facilitando o fortalecimento dos mais privilegiados dentro do compromisso do poder. Na perspectiva de Ardenghi é possível entender a forma de atuação das intermediações partidárias estaduais e federais, verificando o modo como conseguiram constituir laços representativos na memória coletiva dos municípios constituindo verdadeiros focos de representatividade da política coronelista.

As expressividades das disputas políticas nacionais recentes têm chamado nossa atenção para ideologias políticas, que vem representando uma ruptura nos ideais de democracia trazendo no seu verso um radicalismo, que está sendo responsável por estabelecer uma relação de desigualdade interna entre os estados, onde facções política lançam seus planos para manter o domínio eleitoral.

Os ideais de atuação das práticas coronelistas modernas procuram recuperar um pouco da memória dos movimentos coronelista que aconteceram no interior do Brasil durante a República Velha, onde são descrito na perspectiva historiográfica de Leal como um movimento político-econômico institucionalizado pelas oligarquias locais na intenção de fortalecer seu poderio econômico, passando a manipular a massa popular ao seu favor obtendo dessa forma benefícios por parte do poder público.

Esse sistema político permanece especialmente nas pequenas cidades brasileiras onde os sistemas de apadrinhamentos estão presentes, e os riscos dessas tramas políticas serem descoberta são menores, pois a atuação do chefe local nesse caso o empresário sobre determinados grupos sociais é mais forte devido às facções política locais ter um maior controle sobre o eleitorado e a população acaba aceitando o projeto de dominação como natural. Segundo leal:

As eleições municipais constituem pelejas tão aguerridas em nosso país, justamente porque é pela comprovação de possuir a maioria do eleitorado no município que qualquer facção Local mais se credencia às preferências da situação estadual. A esta, como já notamos, o que mais interessa é ter nas eleições estaduais e federais, que se seguirem, maior número de votos, com menor dispêndio de favores e mais moderado emprego da violência. Apoiar

a corrente local majoritária é, pois, o meio mais seguro de obter esse resultado, inclusive porque a posse do governo municipal representa, para ela e para o governo estadual, um fator positivo nas eleições, balança em que tanto pesam o dinheiro público e os benefícios de procedência oficial. (LEAL, 1976, P. 36)

Verificamos na descrição de Leal a questão das trocas de favores, sendo, pois um dos fatores que mais colaboram para permanência das práticas coronelistas no sistema político brasileiro, pois aceitação desse compromisso representativo pela classe econômica dominante aumentou bastante os benefícios do poder privado vinda da negociação com o poder público, que em virtude da falta de informação do povo e a ignorância política, continuam fazendo com que a população feche os olhos para as fraudes que acontecer no meio político. Dessa forma continua uma prática de venda da consciência política, ou o direito da livre escolha, e assim elegendo representantes com procedência duvidosa que só contribuem para o aumento da corrupção e a desorganização dos serviços públicos.

Com esse argumento queremos dizer que negar a existência da perpetuação das práticas coronelistas no cenário político nacional é a mesma coisa de aceitar as distorções política de hoje como algo normal generalizando as práticas dos partidos dominantes, com suas alianças para derrubar os opositores, e em troca conseguem ocupar postos ou cargos importantes no poder, portanto a estruturação das organizações políticas segue uma hierarquização tendo como principal critério de força, a riqueza, pois é um jogo de interesse permanecer no controle do poder significar manter os privilégios econômicos.

Queremos dizer que, com esses acontecimentos apontam que as raízes das causas dos principais problemas encontrados na política de hoje como a própria corrupção, tiveram sua fortificação durante o período da Primeira República se tornando algo cultural entre alguns políticos, a corrupção troca de favores entre os partidos, é a mesma coisa de um credo diário recitado por um religioso é algo institucionalizado na sociedade virando tradição entre a maioria dos políticos, sendo um instrumento utilizado para manter a organização e o compromisso estabelecido entre as intermediações partidárias para conseguirem permanecer no poder. Segundo Janotti:

O procedimento eleitoral vicioso e corrupto constitui-se em um dos principais mecanismos de reprodução do poder oligárquico até os anos 30 e após essa data, sob nova roupagem, vinculado ao poder econômico que define, em grande parte, as eleições.

De uma forma geral, a prática política repousou sempre em uma longa cadeia de compromisso, na qual competiam a cada um dos beneficiados deveres e direitos. (JANOTTI, 1997, P. 4)

As práticas políticas descritas por Janotti como viciosas e corruptas estão fortemente presente no compromisso partidário dos mais influentes políticos da política atual, pois essas táticas são oriundas dos chefes políticos tradicionais que são responsáveis pela aceitação de novos integrantes no quadro partidário, segundo Janotti um jovem para iniciar na carreira política necessita de apadrinhamento de algum político importante ou de destaque no cenário político nacional. As problemáticas encontradas no sistema político brasileiro não envolvem um compromisso com a conjuntura social e econômica, mas sim um jogo de interesses e privilégios que constituem as bases de poder desde os primórdios republicanos.

Leal mostra a influência dos chefes locais durante a Primeira República como um dos principais fatores para consolidação do domínio das oligarquias no compromisso com os partidos no âmbito estadual e federal, onde o poder oligárquico era composto pelos chefes políticos de ramos familiares tradicionais e os membros novos dos partidos tinham que passar pela aceitação deles para se tornar integrante do quadro político. No decorrer do período de 1889 a 1930 as relações políticas estavam marcadas pela hierarquização e por este protagonismo das oligarquias dominantes, que possuíam expressividade hegemônica na arena política, essa existência da hegemonia das elites na política foi responsável por distorcer as práticas políticas no decorrer do tempo.

Já na política de hoje, mesmo com as transformações e o mínimo de controle fiscal feita pela atuação da justiça eleitoral ainda existem resquícios das práticas coronelistas engravada em nossa cultura política que abre espaço para o abuso de poder, Como um caminho para que alguns políticos, possam se beneficiar das oportunidades conseguindo vitória nas eleições. Ou seja, as práticas políticas tendem a se repetir exercendo influência no período de pleito eleitoral, a historiografia mostra esse cenário das organizações políticas dentro de duas perspectivas. Na primeira vem o protagonismo das oligarquias dominantes e no segundo estão àquelas organizações políticas chamadas de coadjuvantes vindas em auxílio da classe política dominante devido à troca de proveito. Segundo Quintão:

Valeu-se assim do critério da riqueza e do protagonismo político na federação, constituindo uma “geografia das modalidades. Essa proposição parece ter sido aceita sem relevantes questionamentos, em concomitância com aquela que hierarquiza o protagonismo das unidades federativas e suas respectivas oligarquias. Possivelmente porque ela concorre

para justificar a força política de organizações como PRP, PRM, PRR. Ao mesmo tempo, identifica a força política de algumas famílias protagonistas a nível regional em diversos estados, logicamente excetuando os três principais. (QUINTÃO, 2014, P. 5)

Portanto como está sendo demonstrado acima por Quintão o cenário político se encontra envolvido em uma rede de relações oligárquicas que são responsáveis por conduzir as organizações partidárias em cada estado. No qual o determinismo econômico marca a força do protagonismo político e a influência dessas representações que polarizam as questões políticas de acordo com suas ideologias, desconstruindo a realidade e generalizando as ações relativizando os projetos de acordo com seus interesses, adotando assim uma proposta de caráter autoritário, que era prática comum entre os coronéis com seus projetos políticos.

A relação de poder vivenciada no cotidiano a partir desse protagonismo político se configura como uma tática de domínio dos políticos e empresários sobre o comando dos municípios, e dos estados estabelecendo regra e controlando os votos dos eleitores, mantendo a hegemonia através do prestígio econômico. Os discursos historiográficos com relação a esses fatos vêm justamente fazer uma crítica as irregularidades existentes, estabelecendo novas interpretações sobre as organizações políticas do Brasil e o seu relacionamento com o poder privado, que foi responsável pela ocorrência de diversas desorganizações no sistema de serviços públicos.

Nas abordagens feitas por Leal percebemos claramente a rigorosidade política dentro do município através das organizações agrárias, destacando o protagonismo da figura do coronel e dando ênfase ao fator social, através da interação nesse meio político onde a estrutura social estava inserida dentro de uma serie de inadequações que contribuía para atuação do modelo político autoritário representativo.

Tão visivelmente defeituosa era a prática do nosso sistema representativo que os estadistas, legisladores e escritores políticos do império e da Primeira República costumavam atribuir-lhe a principal responsabilidade pelos males do regime. Dentro dessa mentalidade, sucederam-se as reformas eleitorais, em cujas malhas não tardavam a penetrar a malícia e a truculência. Ao desencanto da experiência sobrevinha outro ímpeto reformista, que acendia novas, mas efêmeras, esperanças. (LEAL, 1976, P. 118)

Leal mostra os efeitos das eleições na representação do sistema político brasileiro, onde os predomínios dos discursos reformistas tendem a serem alegados pelos políticos como uma forma de revolução preciosíssima para obtenção de votos. De lá até os dias atuais em

nosso País, a influência do discurso pregada pela classe econômica e pela Mídia tem sido responsável por estabelecer o domínio dos votos com partidos que apóiam suas causas através das manipulações, da dúvida ou mesmo através de acusações que ajude na interferência das eleições para situação política ou para oposição vai depender da ideologia política que estará em jogo.

O raciocínio desenvolvido pelo autor em sua obra ajuda-nos a compreender processo histórico do regime coronelista como mecanismo político e social que representa muito do discurso político contemporâneo, já que o vocabulário popular na maioria das vezes segue o discurso jornalístico e televisivo, ou seja, tudo que se populariza dentro do imaginário coletivo acaba se tornando senso comum. Justamente isso que Suzy dos Santos explica em sua abordagem sobre o coronelismo eletrônico, trazendo á tonas às mudanças provocadas nas antigas práticas políticas que acabou se adaptando e vinculando-se a sociedade moderna. Assim o sistema político tem ligações fortes com o poder privado segundo santos:

Desse modo, chamamos de coronelismo eletrônico o sistema organizacional da recente estrutura brasileira de comunicações, baseado no compromisso recíproco entre o poder nacional e poder local, configurando uma complexa rede de influências entre o poder político e o poder privado dos chefes locais, proprietários dos meios de comunicações. (SANTOS, 2006, P.8)

Nos argumentos de Santos podemos verificar essa adaptação do regime coronelista através das influências dos proprietários de empresas de comunicações, nas quais adotando as formas de atuação autoritária do coronelismo procuram coexistir de forma manter deliberada na política nacional seus projetos partidários através de compromisso e troca de proveitos. Essa é umas das características hereditárias do coronelismo analisada por Leal, essa conexão existente entre o poder público e o privado tem sido fundamental na conquista dos votos, pois o auxílio econômico dos empresários tem garantido reeleições de muitos candidatos.

Ao longo do tempo as organizações econômicas vêm mantendo ligações muito próximas do setor político essa questão ficou visualmente clara durante o século XX, com as alianças para obter votos e o clientelismo existentes no meio coronelista descrito por vários autores como moeda de troca do setor privado para angaria apoio do sistema público nos seus projetos econômicos, dentro desse panorama Carvalho descrever o inter-relacionamento existente entre os órgãos de poder.

O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhes o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima os governadores dão apoio ao presidente da república em troca de reconhecimento por parte deste seu domínio no estado. (CARVALHO, 2005, P.132)

Como está sendo deferidas por Carvalho na citação anterior, as relações proveitosas existentes entre os poderes nas mais variadas instâncias tem sido responsáveis por manter o domínio da política, nas mãos de chefes patriarcas, mandões que desde início da república vem chefiando o poder político, através de suas regras e prepotência perseguindo os adversários tentando sujar sua imagem política diante da sociedade. O coronel de hoje utilizar antigos esquemas inadequados para conseguir se sustentar no poder, mesmo em uma política onde os preceitos democráticos deveriam ser respeitados, são os donos do poder.

A partir desses autores em seus discursos, procuramos aqui analisar a estrutura da sociedade e do poder econômico que gerou na pessoa do proprietário de terra de ontem assim como os poderes econômicos de hoje, a figura do empresário e político com suas práticas de poder e controle sobre o povo, de forma semelhante o que faziam os coronéis para manter sua ordem no município. Com todos esses elementos em questão, analisamos a história do coronelismo como referente à estrutura e desenvolvimento do regime coronelista dentro da política brasileira durante a República Velha, como apontam os estudos clássicos assim como o seu contraponto, ou seja, os estudos que remetem a épocas posteriores a Primeira República como resquícios deixados pelas práticas coronelistas que criaram uma espécie de identidade ao longo do tempo na política nacional, trazendo átona uma série de inadequação na organização política.

Neste sentido, nesse capítulo tratamos da questão das implicações historiográficas sobre a estruturação e perpetuação das práticas ditas coronelistas através do tempo de uma maneira geral, analisando o papel das organizações políticas vinculadas com a participação do setor privado, mas particularmente os conglomerados da comunicação, tendo em vista os aspectos tradicionais herdados das relações de parentelas existentes desde período da Primeira República, que continua interagindo em nossa sociedade de forma disfarçada. Na próxima abordagem trataremos, mais pontualmente, da questão da herança das práticas coronelistas e os vieses de sua continuidade nas tramas políticas atuais.

III CAPÍTULO

AS TRAMAS POLÍTICAS ATUAIS: UMA HERANÇA DAS PRÁTICAS CORONELISTAS OU SUA CONTINUIDADE?

3.1 O ambiente do coronelismo e suas características na historiografia clássica

Como procuramos mostrar nos capítulos anteriores, os estudos sobre as práticas coronelistas na historiografia nos trás diferentes interpretações. Essas têm apresentado em comum à caracterização das práticas coronelistas através de um conjunto de relações que estão intimamente ligadas, a política brasileira e expressas sobre maneira em determinados períodos, a exemplo da Primeira República, como procuramos mostrar com os estudos dos autores Leal, Pang, Janotti, Faoro, etc. Esses estudiosos demarcam as relações coronelistas dentro de um recorte temporal que vai do início da primeira república, se estendendo até o estado novo de 1889 a 1930. Aqui nesse contexto as alianças coronelistas seriam a base para a conquista de votos nas campanhas políticas, já que nesse momento o direito político no Brasil havia aumentado sua extensão dando direito a participação popular no processo eleitoral, o que significava estarmos em uma democracia representativa.

Nesse sentido as autoridades políticas procuravam todos os mecanismos que estivessem a sua disposição para chegar ao poder isso se dava através de pactos entre as elites, ou seja, as lutas políticas processavam-se entre as classes dominantes, e neste caso específico os proprietários de terra e poderes locais que desde os tempos coloniais dominava todas as atividades nos municípios. Nesse espaço local o coronel era o responsável pela manipulação do voto trabalhando a serviços dos governantes mesmo com a participação popular percebe-se, que não havia democracia, e a sociedade enxergava essa relação de dominação como algo normal colaborando dessa forma para manutenção da dominação das classes dominantes que se utilizavam de discursos próprios para manobrar a sociedade e justificar suas decisões e manterem seus projetos.

Além dessas abordagens clássicas, novos estudos da cultura política trouxeram à tona um desencadeamento diferenciado sobre as práticas coronelistas, como algo inacabado ou restrito á chamada república velha. O coronelismo ou aquilo que se constituem como suas práticas têm para esses novos estudiosos uma presença simbólica importante nas tramas políticas da atualidade.

Fortunato (2008) explica essa manutenção das relações hierárquicas de dominação como natural:

Acreditamos que a criação do conceito de coronelismo tem um compromisso político de produzir uma realidade criar um olhar que leve a sociedade a ver as relações de dominação como sendo naturalmente dadas pela riqueza. Nesse caso, as lutas políticas são apontadas como lutas que só se processam entre os segmentos sociais dominantes e o estado colaborando assim com a perpetuação das relações de dominação. O conceito, contudo, possui limites e dispersões que nos permitem visualizar tanto as condições que possibilitaram a sua invenção, quanto o seu próprio desgaste. (FORTUNATO, 2008 P.24)

A sociedade em sua memória coletiva procura assimilar e reforçar a idéia de liderança como algo importante para realidade social, dentro dessa criação imagética da liderança está embutida à questão do privilegio como sendo importante para ocupação de determinados cargos e segmentos sociais, o que vai favorecer a perpetuação da relação de dominação pela riqueza como elemento privilegiado onde o personagem, que mantém relações hierárquicas nas instituições públicas mais importantes são as elites sociais. As práticas passadas desde República Velha pelos governantes e as oligarquias tradicionais como mandonismo, clientelismo, apadrinhamento político e compra de votos, tendem a fortificar essa visão como elemento que definir a política e a economia ao longo da história do Brasil.

Sendo assim através desses estudos podemos perceber que as práticas coronelistas que surgem numa determinada época têm ultrapassado as eras e continua sendo uma pratica significativa na sociedade atual. As práticas representativas do coronelismo não vão desaparecer totalmente em 1930 com o declínio da figura do coronel tradicional, os traços do coronel antigo conservador vai fornecer a base para o moderno coronel nesse caso o empresário que vai atuar como uma figura importante, pois age no financiamento das campanhas eleitorais dando suportes econômicos aos políticos nos pleitos eleitorais em troca de favorecimento fiscal para suas empresas. Portanto essa concepção nos faz perceber os novos elementos na construção da imagem do coronelismo e do coronel que mesmo após o seu declínio em 1930, passou a existir através de uma nova roupagem no qual vai ser explicado por Andrade e Fortunato como o novo coronel.

O novo neocoronel é um misto de moderno empresário e de coronel. Como empresário modernizou-se ou soube fazer uso dos instrumentos creditícios e financeiros oferecido pelo governo. Conservou, porém velhos traços do

antigo coronel no que se refere às suas práticas políticas (...) o neocoronel é uma espécie política resistente, porque depurada. Usufrui não raramente de uma velha tradição política familiar e, através de uma bem montada rede de composições políticas, elege representantes de seus interesses nos níveis municipal, estadual e federal (ANDRADE, 1985, apud, FORTUNATO, 2008, P. 58).

Assim conforme podemos ler na citação acima, os traços ou o que chamamos de práticas coronelistas têm marcado a história política brasileiras desde início da primeira república e continua tendo papel significativo nas campanhas eleitorais nos dias atuais. Nessas, os políticos continuam exercendo um papel conservador frente aos cargos públicos e procuram através deles obter proveitos próprios como se fossem os donos dos bens públicos, ou seja, quem comanda o poder político no Brasil ou vem de família tradicional ou tem chefes políticos na família. O político mais jovem que chegar a assumir altos cargos públicos tem sua carreira preparada a partir de apadrinhamento políticos. Essas ações justificam a explicação acerca das manutenções de antigas práticas advinda do coronelismo, já que mesmo após o suposto fim do coronelismo em 1930, continua sendo comum na política atual a questão do apadrinhamento político.

Uma questão ressaltada nos estudos traz a ação das práticas coronelistas e as suas relativas conformações na sociedade através do prestígio. O prestígio na nossa sociedade caracteriza a capacidade de controle político, o coronelismo ganhou visibilidade política se apresentando como tendo essa capacidade de controle e manipulação de pessoas como chefes políticos locais no caso os coronéis. Sendo assim ter prestígio é ter a capacidade e as possibilidades de constituir uma clientela. O coronel por meio do prestígio tinha a capacidade de somar poder com os adversários tornando-os aliados para desfrutar de certos privilégios dados pelos governantes, com isso em cada região dominada por um coronel e seus apadrinhados tinham com obrigação manter o controle dos votos nas campanhas eleitorais, a importância dessa relação entre o coronel e os políticos estaduais estava na troca de proveitos.

A economia do município dependia da força política dos chefes locais sobre o eleitorado, pois quanto maior a quantidade de votos recebida pelo candidato apoiado maior era o investimento em recursos para o município, já que as economias dos municípios eram bastante limitadas dessa forma os chefes locais negociavam ajuda com os comerciantes e profissionais liberais em troca de apoio nas eleições, e dessa maneira vão sendo absorvido em uma nova composição de dirigentes para o pacto coronelista já que em tempo de diversificação e aumento da urbanização era preciso se adaptar a esse processo.

Essa clientela impulsionava mudanças nas práticas coronelistas o que vai reduzir a força dos chefes políticos que estavam ligados a terra, na medida em que cresciam as funções urbanas, havia a necessidade de substituição de dirigentes, porém essa nova composição não extinguiu o poder dos grandes proprietários havia um compromisso um acordo político entre os coronéis e essas parentelas que ocorriam conforme seus interesses econômicos ajudando a manter fortificados os laços políticos coronelistas.

O fortalecimento do poder público não tem sido, pois, acompanhado de correspondente enfraquecimento do 'coronelismo'; tem, ao contrario, contribuído para consolidar o sistema, garantindo aos condutores da maquina oficial do Estado quinhão mais substancioso na barganha que o configura. Os próprios instrumentos do poder constituído é que são utilizados, paradoxalmente, para rejuvenescer, segundo linhas partidárias, o poder privado residuais dos 'coronéis', que assenta basicamente numa estrutura agrária em fase de notória decadência. (LEAL, 1976, p. 255)

Notamos na citação que o controle da situação política no município estava sob responsabilidade dos chefes políticos locais os coronéis, tendo como responsabilidade manterem uma base forte era essencial para o sucesso nos pleitos eleitorais, Leal analisa essa relação política entre o poder local, estadual e federal como algo de extrema importância para a sobrevivência economia do município. Nesse contexto, as lideranças políticas coronelistas procuravam barganhar de todas as formas para manterem suas bases de sustentação. Podemos ver que esses preceitos coronelistas utilizados pelas oligarquias na república velha, continuam presentes hoje no ideal político da elite brasileira os grandes partidos políticos procuram barganhar alianças com os menores para se manterem no poder, conseguindo maioria nos pleitos eleitorais, tendo mais facilidade para aprovarem leis e projetos de seus interesses.

3.2 A estrutura eleitoral e as práticas coronelistas: os pleitos eleitorais como espaços de luta e ambiente do Neocoronelismo.

Embora fazendo parte do que chamamos de análises clássicas do coronelismo as obras de Pang e Leal nos dão importantes direcionamentos para discutirmos o que aqui consideramos importante como lugar ou linha de continuidade ou aquilo que liga as práticas coronelistas de ontem as práticas coronelistas de hoje, ou seja, as práticas no campo dos pleitos eleitorais as disputas de poder que perpassam o tempo através dos espaços de luta e

atuações políticas partidárias que se baseiam em modelos tradicionais de organizações do poder gerando uma série de desorganizações frente aos cargos públicos.

Segundo Pang durante a República Velha essas alianças dos coronéis com partidos políticos fizeram surgir uma série de irregularidades dentro dos municípios como filhotismo, mandonismo e votos de cabresto, aqui começa a perseguição aos adversários na busca incessante por maior controle dos votos. Como estratégia, os coronéis procuravam comprar mais terras para aumentar seu prestígio econômico mantendo mais trabalhadores em suas terras aumentando assim a quantidade de votos, em suas mãos, ou seja, a partir desse momento que começa a acontecer um fortalecimento dos “votos de cabresto” como sendo um dos meios mais fáceis de manipular as eleições tornando sempre favorável a quantidade de votos em pró da situação no município. Mas na política atual em pleno século XXI, verificamos que é essencial para o fortalecimento partidário ter uma base sólida e forte, por isso que as barganhas tem sido um dos principais meios utilizados para angariar votos, e manter diferença frente aos adversários.

Victor Nunes Leal mostra o fenômeno do coronelismo, como uma união proveitosa do poder público e do poder privado, na qual de um lado obtém-se proveito através dos votos do outro lado ganha-se privilégio econômico e social, esse tipo de sistema de troca e ganho é inadequado para a nossa realidade, já que se aproveitam dos bens públicos em benefícios próprios, infelizmente essas práticas continuam a existir. Durante o período coronelista teve influência fundamental para o crescimento dos donos de terras e fortalecimento dos partidos políticos, onde só quem levava a pior era o povo que não conseguia lutar pelos seus direitos e viviam sobre ordem desses senhores de terras que controlavam seus votos, o povo em sua grande maioria eram analfabetos não tinha a mínima chance de expor suas idéias sobre o que estava acontecendo, assim como dependiam dos donos da terra para viver em seus domínios.

Analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais nem revistas, nas quais se limitava a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. Em sua situação seria ilusório que esse novo pária tivesse consciência de seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. (LEAL, 1976, P. 25).

Percebemos que a visão de Leal sobre a autonomia do povo, mostra-se muito limitada, pois para este o sistema coronelista se manifesta na questão do mandonismo o domínio do chefe local, através do seu discurso fazendo com que todos os seus eleitorados obedecessem a

sua orientação, o discurso pronunciado pelo senhor da terra adquiria poder de direito, justiça, verdade e medo, essa capacidade de poder paternalista se perpetuava através do imaginário e da memória do povo passando de uma pessoa para outra, através do discurso a visão do patrão como benfeitor. Essa interpretação sugere que o povo não lutava pelo seu direito porque não via o domínio do patrão como exploração e sim como um ganho por viver trabalhando em suas terras.

Essa compressão social do coronelismo se incorporou às práticas políticas através do tempo, mesmo com o fim das velhas oligarquias com a criação do estado novo em 1930. Essas práticas continuam no imaginário político criando uma forte identidade entre os partidos conservadores, onde mesmo em uma democracia representativa procuram estar sempre valorizando suas práticas como um direito próprio e não respeitando o direito da população, pois a função dos políticos é de representar, fiscalizar e legislar em pro da população, o que vai de encontro às prerrogativas constitucionais, quando define a função dos políticos como sendo de representar, fiscalizar e legislar em prol da população propondo medidas que auxiliem o coletivo, ou seja, trabalhar em pro da sociedade a favor do bem comum.

Mas devido essa atitude conservadora existente no imaginário dos nossos parlamentares se acham os donos do poder fazem o que bem querem ao contrario de servir a sociedade, acham que a sociedade é quem deve servi-los, para isso se utilizam de preceitos próprios desrespeitando o direito social de todos pregados pela constituição, não mantendo seus deveres como parlamentares se corrompendo, obstruindo a justiça, praticando sonegações fiscais, como velhas práticas de uma estrutura política que ainda sonda nossa sociedade a pesar do tempo e das mudanças sociais. Segundo Pollak:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. (POLLAK, 1992, P. 204)

Nos termos apontado acima por Pollak dar para atribuir sentido a essa questão da memória herdada vinculando com a construção da memória e identidade as características do momento vivido aliando-se ao espaço onde ocorrer, geralmente se cria um ideal de pertencimento aquela determinada realidade. Por isso o coronelismo é um marco político da Primeira República sua história esta ligada ao imaginário individual e coletivo da vida política

no Brasil, essas práticas ocorridas na república velha servem como uma projeção para o presente tendo alguns políticos que se identificam com essas características trazem as memórias passadas para realidade presente, por que se sente com um ideal de pertencimento aquela realidade se achando no direito de fazer o que bem querem. Mediante essa situação muitos políticos acabam se perpetuando no poder como se fosse um emprego ou um cargo permanente.

Assim, o coronelismo embora tenha acabado em 1930 como assinala alguns autores, sua influência tenha sofrido algumas mudanças. A força exercida por líderes políticos na atualidade nos remeter a enxergar fortes características das práticas políticas da primeira república, sobretudo o fato de que continuam influenciando o eleitorado com barganhas compra de votos, por meio dos chamados cabos eleitorais, que firmam acordo com políticos a fim de obterem votos em trocas de benefícios próprios.

3.3 Os pleitos eleitorais atuais como espaços de luta e ambiente de continuidade das práticas ditas próprias do coronelismo.

O estudo da política como temática hoje dos historiadores, implica uma compreensão diferenciada e alargada do conceito de política. Segundo René Rémond a política é um lugar dinâmico onde ocorre diversos procedimento ligando diferentes influências, sociais, econômicas e culturais. A chamada história política para Rémond é mostrada como espaço de poder e de disputas das instituições como a que acontece nos pleitos eleitorais de ontem e de hoje.

E isso tanto para ontem como para hoje, para os períodos prósperos da história política como para seus tempos de desgraça e retratamento. Durante século, a chamada história política – a do estado, do poder e das disputas por suas conquistas ou conservação, das instituições em que ele se concentrava das revoluções que transformavam – desfrutou junto aos historiadores de um prestígio inigualado devido a uma convergência de fatores. (RÉMOND, 2003, P. 15)

A reflexão feita acima por Rémond mostra a consistência dos fatores que mantém viva a história política através das instituições, com tendência conservadoras onde procuram fazer prevalecer suas orientações e aspirações sobre a realidade, ou seja, as decisões políticas e o campo de ação são para que os segue uma relação de mão única em que obedecer às questões econômicas é um imperativo, sendo algo de grande interesse das classes políticas devido às

trocas de proveitos econômicos que podem trazer privilégios individuais o que evidentemente, os tornam responsáveis por prejuízos incalculáveis aos setores públicos. Nas eleições 2010 no Brasil essa situação ficou escancarada nos jornais com varias denuncias contra políticos importantes no cenário nacional. Nesse pleito alguns candidatos tiveram seu mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral através da ação instituída constitucionalmente pela lei da ficha limpa.

A Lei Complementar nº 135, de 2010, também chamada Lei da Ficha Limpa, é um exemplo de lei infraconstitucional que regulamenta restrições à elegibilidade. Ela foi fruto de um projeto de lei de iniciativa popular, encabeçado por entidades que fazem parte do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), e mobilizou vários setores da sociedade brasileira, entre eles, a Associação Brasileira de Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (Abramppe), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), organizações não governamentais, sindicatos, associações e confederações de diversas categorias profissionais, além da Igreja católica. Foram obtidas mais de 1 milhão e 600 mil assinaturas em apoio. (LADEIRA, Apud, REIS, 2010)

A citação acima nos mostra lei complementar nº 135 de 2010, que alterou a lei de inelegibilidade de 1990, lei essa sancionada pelo presidente Lula com o propósito de barrar candidatos que cometessem infrações ou qualquer ato ilícito se utilizando dos cargos públicos em face de sua conduta enquanto político. A lei de iniciativa popular tinha como objetivo aumentar o prazo de inelegibilidade do candidato cassado por 8 anos, contudo há muitas criticas com relação a lei, devido a demora dos julgamentos ocorrendo muita impunidade além do mais o condenado pela lei da ficha limpa não tem o seu diploma político cassado definitivamente.

Vejamos casos de alguns candidatos que foram impedidos pela lei da Ficha Limpa de assumirem o mandato, na manchete do jornal postado por Mariana Oliveira e Thiago Reis Do G1, em São Paulo:

Barrados pela Lei da Ficha Limpa, alguns políticos de expressão no cenário nacional não tiveram nenhum dos votos que receberam computados pelo sistema de apuração da Justiça Eleitoral. O G1, no entanto, obteve os dados de alguns deles com os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e verificou-se que os candidatos têm votos suficientes para se eleger.

É o caso do deputado federal Paulo Maluf (PP-SP), que recebeu 497 mil votos. Se os votos forem computados, ele passa a ser o terceiro mais votado do estado de São Paulo. O deputado federal Jader Barbalho (PMDB-PA) foi o segundo candidato a senador mais votado por seu estado, com 1,77

milhões de votos. Mas também não aparece como dono da segunda vaga pelo Pará em razão da lei. Outro caso é do ex-governador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que teve mais de 1 milhão de votos para o Senado por seu estado, sendo o mais votado. (<http://glo.bo/dRqXb7>, 2010)

No caso dos candidatos citados acima todos conseguiram votos suficientes para serem eleitos, porém tiveram seus registros de candidatura indeferida pela justiça por variados motivos compra de votos, improbidades administrativas, abuso de poder econômico etc. o candidato Paulo Maluf (PP – SP) é um herdeiro político, engenheiro empresário filho de pais Libaneses vem exercendo o cargo de deputado federal de (2007 – 2018), já o candidato Jader Barbalho (PMDB – PA) é outro caso de político bem influente desde 1967 vem exercendo cargos políticos têm uma longa carreira política como vereador, deputado, governador, senador e ministro, formado em direito é um dos políticos mais ricos do Brasil e hoje exerce o cargo de senador. Outro caso é do ex-governador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) é um herdeiro político empresário filho de Ronaldo José da Cunha Lima formador em direito exerceu uma variedade de cargos políticos importantes hoje exerce o cargo de senador da república.

Analisando esse contexto da política do Brasil atualmente verificamos que os resquícios do sistema político coronelista da República Velha tendem a perdurar sua influência na política Brasileira através de novas figuras com novos meios de dominação, porem utilizando velhas práticas políticas que deveriam já ter sido extintas, mas continua sujando a memória da história política brasileira, Pang explica essas práticas e suas modificações.

As transformações econômicas e sociais das décadas de 1930 e 1940 acrescentaram uma nova dimensão à modificação do coronelismo. Depois de 1945, um coronel raramente é um Czar econômico ou patriarca social de seu município. O estereotipo esta desaparecendo rapidamente. Hoje em dia o coronel, ou mais respeitado chefe político, é frequentemente um homem de nível universitário, muitas vezes um advogado ou um medico. Até 1964 ele era uma pessoa-chave de um dos diversos partidos políticos de seu município, aceitando a liderança do diretório local. (PANG, 1979, p. 56)

Podemos verificar com as análises de Pang que as transformações sofridas no coronelismo ao longo do tempo, tem feito estabelecer uma nova identidade em torno das ideologias deixadas pelo coronelismo envolvendo as relações de poder, no qual os chefes políticos não serão mais os coronéis tradicionais e sim homens que se apresentam ou são

fabricados para se apresentarem com capacidade intelectual e econômica para conseguir através do discurso barganhar nessa nova ordem política, em que se encontra envolvida uma multiplicidade de fatores sociais, econômico, culturais e políticos que ditam o campo da atuação política.

Na perspectiva do campo de atuação política temos importantes interpretações em torno da memória histórica, onde os discursos ganham legitimidade, prestígio político e social, neste caso estamos nos referindo aos discursos dos vencedores da revolução de 1930. Verificamos essa questão na política paraibana, onde o discurso de João Pessoa anunciava que estava passando a política a limpo, procurava com esse discurso da legitimidade a revolução de 30 através das ideologias históricas dos vencedores. Neste caso tendo como instrumento de validação dos seus discursos o compromisso firmado entre as oligarquias de que iriam conduzir o desenvolvimento da nação, mas o problema é que essa proposta era só um meio de permanecer no poder.

Na crítica do discurso vencedor de 1930, Edgar de Decca em sua obra “o silêncio dos vencidos” mostra a ação dos vencedores respaldados num discurso de uma minoria que procura manter sua hegemonia através de um jogo discursivo, travando uma verdadeira batalha de desqualificação do opositor e a construção de uma imagem deles como sendo o novo. O autor faz uma análise categórica da luta de classes exaltando a propaganda operária nas primeiras décadas da república em oposição ao discurso de poder político no Brasil, enfatizando a ação do partido comunista brasileiro (PCB) na luta contra os grupos dominantes que estava tentando manter a política latifundiária. Apoiando-se nessa linha de estudo Edgar de Decca tratou de desconstruir as interpretações históricas dos vencedores, dando espaço para ressaltar a memória dos vencidos. Segundo Decca:

De onde vem a crítica da “revolução de 30”? Da passagem dos dados imediatos fornecidos pelos discursos à mediação das diferenças de classes, isto é, da passagem dos discursos ao exame das práticas políticas. Quando a luta de classe ressurge, a “mesmice” desaparece. Do lado dos dominantes, há diversidade de projetos políticos, do lado dos dominados, diferença histórica, um esboço do possível. (DECCA, 1981, P.15)

Na citação acima o autor destaca a questão histórica da ação e discurso das classes dominantes como responsável, por apagar a luta de classe privilegiando eles como vencedores

com o papel de sujeito da história e como os agentes da revolução, descartando o papel dos vencidos. O fato é que segundo Decca é necessário desconstruir essa memória herdada dos vencedores, e mostrar que os vencidos também participam dessa construção da história política para o autor esse discurso da revolução de 30 só será desmitificado se os discursos pronunciados pelos historiadores forem produzidos a partir da demonstração de que se tratou de uma luta de classe, na busca pelo poder.

Como podemos ver ainda hoje, políticos com seus discursos nos palanques conseguem influenciar grande parte do eleitorado com certas promessas que não serão cumpridas, esse tipo de político se apóia nas dificuldades financeiras, na falta de emprego, saúde, educação Etc. E assim se utilizando da pouca consciência política do eleitor brasileiro, que não atribui importância ao seu voto e acabam vendendo ou trocando por quase nada, enquanto isso assume o poder candidatos que procuram a legislatura como cargos públicos para obter proveito próprio. Deixando expresso um tanto de conformismo cultural do brasileiro de submissão aqueles que têm o poder nas mãos para governar.

Como nos faz pensar os autores citados acima o processo de construção política da imagem dos vencedores costurou na memória coletiva das massas, que o controle social das representações políticas tem que seguir as condições financeiras e a patente da pessoa, ou seja, tem que ter título de doutor ou ter familiares na política, quem não tiver esses atributos dificilmente assumira cargos públicos de representatividade atualmente. Segundo Victor Nunes leal durante o período da república velha a patente de coronel passou a ter um valor monetário, aquele senhor que tivesse uma boa condição financeira possui certo prestígio econômico poderia comprar a patente de coronel, que passou ser moda entre as elites ter a patente era mesma coisa que ter um título de doutor, Esses senhores que compravam a patente passaram a ser chamados de patenteados, para eles ser coronel significava ser importante dentro daquela sociedade.

Então assumir cargos políticos significar possui uma patente importante, pois dá o direito a um foro privilegiado altos salários e uma imensa lista de benefícios pagos pelo estado como, auxílio moradia, carros alugados, combustível, auxílio alimentação, passagens aéreas e um plano de saúde ilimitado. O luxo em que vive os parlamentares brasileiros é imenso devido a esses status fazem de tudo para se manterem no poder. As maiorias dos representantes políticos não estão no poder como representantes legítimos do povo e da sociedade.

As influências das oligarquias estão vinculadas na memória da sociedade brasileira moderna, seus preceitos sociais são seguidos a risca pela burguesia. As relações estabelecidas entre a família patriarcal e as famílias tradicionais estão muito próximas, não se limitando só a questão do parentesco, mas também aos aspectos políticos e econômicos. Eul-Soo Pang em sua obra *Coronelismo e Oligarquias* analisa as estruturas dos parentescos. “incluía a família em si, pessoas da mesma linhagem, parentes por afinidade, afilhados de batismo ou de casamento e, às vezes, o povo dependente do ponto de vista sócio-econômico” (PANG, 1979, P. 40).

O coronelismo seguia uma base sistêmica clientelista onde havia trocas de favores entre políticos e os coronéis, mas também ajuda a familiares seria uma espécie de convênio particular onde existia o consenso, e o compromisso entre os poderes públicos e particulares, portanto compondo um jogo de interesses e privilégios, onde segundo Leal o coronel tinha influência sobre tudo no município.

Sabe por isso o “Coronel” que sua impertinência só lhe traria desvantagens: quando, ao contrario, são boas as relações entre o seu poder privado e o poder instituído, poder o “Coronel” desempenhar, indiscretamente uma larga parcela de autoridade pública. E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do “Coronelismo”, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais os “Coronéis” que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado a situação política dominante no estado, que dispõe do erário dos empregos dos favores e da força policial que possui, em sua, o cofre das graças e o poder da desgraça. (LEAL, 1976, P. 45)

Como demonstra Leal o coronel tinha o monopólio da política no município ocupava uma posição que lhe dava o poder para nomear Delegado, polícia, cargos secretariados, cargos administrativos, tudo isso ocorria como uma espécie de compensação para as despesas dos coronéis com as campanhas eleitorais com isso se achava no direito de escolher as pessoas que deveriam trabalhar nos cargos públicos municipais. Essas relações de proveito foram responsáveis por sustentar o predomínio do poder privado e o interesse pessoal acima dos interesses público e coletivo, como uma prática que se estende até hoje.

Assim, esse sistema político coronelista descrito por Leal continua vivo na memória política brasileira, mas de forma camuflada e sustentada pela grande mídia que também obtém vantagens por meios de concessões fiscais dadas pelos políticos envolvidos nas tramas partidárias, que procuram obter vantagens políticas e econômicas através da troca de proveitos com os meios de comunicações que divulgam a imagem do candidato apoiado de forma

positiva, montando um cenário de boa impressão para convencer o eleitorado a depositar o seu voto no candidato e sua legenda apoiada, Suzi dos santos nos explica essa situação já observada em décadas anteriores de disputas de poder.

Desde a denúncia no Jornal do Brasil, em 1980, a expressão 'coronelismo eletrônico' tem sido usada com relativa frequência na mídia para referir-se ao singular cenário recente brasileiro nos quais deputados e senadores se tornaram proprietários de empresas concessionárias de rádio e televisão e, simultaneamente, participam das comissões legislativas que outorgam os serviços e regulam os meios de comunicação no país. (SANTOS, 2006, p. 03)

Como podemos verificar na análise de Suzi Santos os meios de comunicações têm atuado com frequência em favor de partidos políticos aliados, criando uma rede de clientela nos meios eletrônicos que sustentam um grande comércio de informação política e privilégios distribuídos entre as empresas de rádio e televisão, contemplando uma variedade de políticos importantes no cenário nacional, estadual e municipal caracterizando um sistema de influência que permite visualizarmos essas questões e essas práticas apontadas pela autora como sendo um domínio do coronelismo eletrônico na política atual. Vejamos:

Esse fenômeno confirma a afirmação de funcionários graduados do Ministério das Comunicações de que, no Brasil, a radiodifusão “ou é altar ou é palanque”. Entre políticos contemplados estão os senadores Magno Malta (PL-ES) e Leonel Pavan (PSDB-SC). A lista inclui ainda os deputados federais João Caldas (PL-AL), Wladimir Costa (PMDB-PA) e Silas Câmara (PTB-AM), além de deputados estaduais, ex-deputados, prefeitos e ex-prefeitos. (Folha de São Paulo. Lobato, 2006).

O mundo da política que é mostrado pelos meios de comunicação se submete aos objetivos, ou de negar ou de impor alguma verdade para nossa realidade, os canais de TVs as revistas os rádios e jornais defendem uma ideologia de comunicação que não tem como certeza o bem comum, já que são grandes empresas chefiadas por famílias tradicionais no ramo da comunicação, uma coisa é certa farão de tudo para manter a hegemonia de seus patrimônios procurando defender seu espaço de todas as formas possíveis, não abrindo espaço para contradição, a informação que nos chega à maioria das vezes procuram condenar alguém publicamente, ou mesmo livrar dependendo da situação aliado ou rival essa têm sido a situação da radiodifusão brasileira.

3.4 Continuidades de uma herança coronelista: apropriação do público pelo privado.

Iniciamos este capítulo com uma questão colocada em seu título a continuidade das práticas coronelistas como uma herança nas tramas políticas atuais, nesse espaço queremos enfatizar mais a questão da inserção social. Ou seja, em uma sociedade excludente que nem a nossa onde temos os direitos negados muitas das vezes aceitamos a imposição do discurso do outro como verdadeira, sem que nos levemos a compreender as práticas políticas coronelistas, que são repetidas na televisão, como meio de influenciar o eleitorado. Como destaca Pang estas práticas é o resultado de algumas transformações ocorridas nas décadas de 1930 e 1940 acrescentando uma nova dimensão as práticas coronelistas, que passou a usar os meios de comunicações como forma de controlar as massas através da produção das imagens de candidatos, e de seus discursos apresentado como verdadeiros representantes do povo, mas com o propositos de favorecer alguns políticos aliados aos meios de comunicação de massa em especial as emissoras de televisão. Questão essa que Foucault já alertava como sendo apoiada em um discurso de verdade:

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando da nossa sociedade – uma espécie e como que um poder de coerção. (FOUCAULT, 2004, p.18)

Nessa citação Foucault explica que as sociedades fazem circular internamente os discursos produzidos como estratégia política eficaz para manutenção de valores, diante dos saberes e poderes que são estabelecidos, seja para excluir outros discursos ou para questionar a vontade de verdade, o discurso serve para estabelecer um, dialogo entre as diferentes classes sociais através da interpretação do poder trazendo dessa forma uma ampliação do entendimento de acordo com as vontades de quem está pronunciando.

Esses discursos procuram pensar a melhor maneira de exercer algum controle sobre a sociedade, podemos enxergar essa questão claramente através do exemplo dos meios de comunicações onde através de audiência defendem o seu ponto de vista impondo noticias confusas como verdadeiras se utilizando do discurso para fortalecer as idéias que estão sendo noticiadas. É o poder de controlar por meio da informação geralmente as grandes emissoras

de televisão se utilizam desses discursos durante a corrida política, buscando favorecer o candidato da situação criando uma visão condenatória dos adversários perante a opinião pública.

Desse modo, as formas como os discursos estão sendo pronunciados hoje constituem uma representação do comportamento usado pelas oligarquias políticas conservadoras coronelistas, que se apropriavam de discursos dominantes para manter o mandonismo local e o controle sobre a clientela. Essa relação será descrita por Victor Nunes Leal como paternalista devido à sustentação do modelo de organização que se baseava na influência dos chefes locais sobre seus comandados, assim descritos em três prerrogativas segundo Leal o filhotismo, o mandonismo e o falseamento de votos.

Hoje o caso mais concreto dessa continuidade das práticas de ontem poder ser visualizado através da grande mídia onde:

Os brasileiros no exterior que acompanham o noticiário brasileiro pela internet têm a impressão de que o país nunca esteve tão mal. Explodem os casos de corrupção, a crise ronda a economia, a inflação está de volta, e o país vive imerso no caos moral. Isso é o que querem nos fazer crer as redações jornalísticas do eixo Rio – São Paulo. Com seus gatekeepers escolhidos a dedo, Folha de S. Paulo, Estadão, Veja e O Globo investem pesadamente no caos com duas intenções: inviabilizar o governo da presidenta Dilma Rousseff e destruir a imagem pública do ex-presidente Lula da Silva. (ALVES, 2013, P. 01)

Como mostrado na citação acima sobre essa questão na atualidade, o discurso criado pela mídia não tem dado trégua ao partido dos trabalhadores (PT), tanto Luis Inácio Lula da Silva quanto Dilma Vana Rousseff, tem sido perseguidos pelos conglomerados das grandes mídias brasileiras Rede Globo, TV Bandeirante, TV Record, revista veja, estadão e Folha de São Paulo. Esses grandes grupos de empresas modernas representam o que se denominar de Neocoronelismo, ou seja. O novo coronel uma espécie de mistura, onde os modernos empresários conservam antigos traços do coronel tradicional através de seu poder financeiro e dos instrumentos creditícios em suas mãos, com os meios de comunicações conseguem manipular as massas ao seu favor ou mesmo inflamá-las contra o opositor.

A influência das organizações partidárias através da elite econômica brasileira tem sido passada durante as gerações com uma característica de parentelas, onde o dilema principal é a família e o sucesso econômico, que vem ultrapassando os direitos e deveres com a sociedade quebrando dessa forma os laços vitalícios da obrigação de parlamentar, essas

relações é o resultado do patriarcalismo ainda existente na sociedade brasileira que é exposto pela análise de Raimundo Faoro.

Sua arma — a mentira com a "usurpação da soberania nacional pela oligarquia da União, pelas oligarquias dos Estados, pelas oligarquias das municipalidades. Cada uma delas mente, assumindo o nome do regime constitucional, que absorveu, e matou". "Feita à abolição, abandonaram o liberto — alforria, não dos escravos, mas dos senhores — convertendo-o no "guarda-costas político, o capanga eleitoral". O republicano, encastelado no poder, para o gozo do poder pelo poder, tratou de evitar que o povo se emancipasse, para não ameaçar seu domínio (FAORO, 2001 P. 724).

Dessa forma voltemos a lembrar de Raimundo Faoro quando nos mostra em sua obra "Os Donos do poder", o coronelismo como um sistema de interação ativa entre o governo e o chefe político local para confirmar o predomínio incontestável do governo estadual sobre o quadro político municipal, no qual o sistema tem em sua sombra um objetivo patrimonial, controle sobre os bens públicos onde no final o que realmente prevalecia era a política elitista e seus interesses, cujo compromisso será o voto, o controle constante sobre o povo, a sombra do negócio e do prestígio do chefe local para as suas barganhas políticas.

A relação de poder existente dentro do âmbito coronelista destacada por Faoro nos faz analisar os confrontos sociais no município, com relação às rivalidades locais as violências existentes no cotidiano dessas pessoas, que ontem não tinham autonomia viviam sobre os domínios dos chefes locais, ou seja, os grandes proprietários de terras que comandavam e organizavam tudo no município, tirando o direito do povo os cidadãos hoje continuam padecendo com o domínio das classes políticas autoritárias e corruptas que estão no poder controlando a mídia as pesquisas através da riqueza.

Como já dito, dentro desse jogo político de hoje podemos visualizar facilmente algumas dessas questões, onde uma diversidade de candidatos se aproveita de cargos públicos para fazer barganhas eleitorais, através das contratações, em que o trabalhador e sua família são forçados na maioria das vezes, votarem no candidato da situação para não perder seu emprego. São elementos-chaves nas eleições as pessoas que estão presas a esse sistema da clientela política, onde na maioria das vezes se tornam até cabos eleitorais ficando a mercê da estrutura política, pois precisam do emprego para sobreviver. Dessa forma não tendo como fugir da situação acabam sendo coagidos a manterem o voto em determinados candidatos, fica visível nessas situações que os candidatos se utilizam da consciência do eleitorado para conseguirem manter-se no poder. Como alerta Silva:

Ao observar as estruturas políticas de uma cidade pequena localizada no sertão paraibano, Cacimbas, percebe-se a presença de características ligadas ao coronelismo. Usa-se o voto como mercadoria, o que antes era imposto agora torna-se objeto de negociação ambos os lados governados e governantes tiram proveito da situação. Duas situações se fazem presentes: na primeira o coronel, termo aplicado durante a República Velha ao rico latifundiário, mas agora trata-se do rico empresário que para não perder o poder subjuga o povo aos seus desmandos, os controlam por meio de chantagens, perseguições e humilhações. A segunda situação diz respeito ao próprio povo que aproveita-se da situação em que o governante não querendo perder o controle, ou melhor o poder negocia seus votos e permite que lhes coloquem um cabresto e ficam sob seu domínio continuando assim com a política de compromissos, ou melhor com o coronelismo. (SILVA, 2012, p. 03)

Verificamos na citação acima os acontecimentos que cercam as práticas políticas nas pequenas cidades brasileiras especialmente no caso citado da cidade de Cacimbas PB, em que mesmo em pleno século XXI, onde as pessoas tendo acesso às informações sobre as práticas fraudulentas cometidas pelos governantes continuam vendendo sua consciência e votando nos representantes que lhes oferecerem emprego ou algum tipo de favor em troca do voto.

Portanto a questão dos candidatos procurarem durante as eleições obterem vantagens de forma desleal para permanecerem no cenário político brasileiro, configura uma antiga prática dos coronéis com os chamados currais eleitorais, que foram adaptados ao contexto político da nossa sociedade, onde mesmo o povo tendo a total liberdade para escolha de quem depositar o seu voto de confiança, infelizmente continuam sendo manipulados por esses novos coronéis que se utilizam de novos mecanismos de controle como os meios de comunicação, rádio, televisão, redes sociais, jornais, etc. Nesse universo tão amplo de informação onde estamos o todo tempo sendo bombardeados pelas informações está ficando difícil diferenciar o que está sendo ou não manipulado pela mídia.

Agora, a nova cruzada moral recebe além dos já conhecidos defensores dos “valores civilizatórios”, nomes como Ferreira Gullar e João Ubaldo Ribeiro. A raiva com que escrevem poderia ser canalizada para causas bem mais nobres se ambos não se deixassem cativar pelo canto da sereia. Eles assumiram a construção midiática do escândalo, e do que chamam de degenerescência moral, com o fato. E, porque estão convencidos de que o país está em perigo, de que o ex-presidente Lula é a encarnação do mal, e de que o PT deve ser extinguido para que o país sobreviva, reproduzem a retórica dos conglomerados de mídia com uma ingenuidade inconcebível para quem tanto nos inspirou com sua imaginação literária. (ALVES, 2013, P. 03)

Os meios de comunicações de massas continuam reproduzindo um velho discurso de ódio. O fato é que esse discurso está cativando e convencendo muitas pessoas ingênuas, os barões da mídia destroem ou constrói a carreira de qualquer político através da publicidade, muitas das vezes isso ocorre em troca de milhões de reais, percebemos nesse caso que o interesse no lucro individual e corporativo está muito acima da moralidade pregada pela grande mídia.

A influência exercida pela grande mídia tem sido responsável por colocar estereótipos nas pessoas causando discriminação contribuindo para o aumento do preconceito e da desigualdade. O autor Theodor Adorno em sua obra a “indústria cultural e sociedade” foi um dos primeiros estudiosos a mostrar e decifrar esse fenômeno, quando nos mostra essas relações como sendo um produto imposto, pela indústria cultural da mídia que determina e distingue as classes sociais de acordo com seus privilégios o que contribui para manter a elite cada vez mais rica e como consequência desses atos o aumento da desigualdade.

Essa cultura produzida pelo discurso das elites leva a sociedade segundo Adorno se torna subalterna repetindo o discurso da mídia, o que o autor define como cultura de massa.

A tese sociológica de que a perda de apoio na religião objetiva, a dissolução dos últimos resíduos pré-capitalista, a diferenciação técnica e social e a extrema especialização técnica deram um lugar a um caos cultural é cotidianamente desmentida. A cultura moderna a tudo confere um ar de semelhança. Filmes, rádios e seminários constituem um sistema. Cada setor se harmonizar entre si e todos entre si. (ADORNO, 2002, P. 5)

O autor mostra o padrão em que se encontra a grande maioria das massas. Envolvidas em um caos cultural que gera uma espécie de relação de dependência dos mecanismos capitalista imposto pelas elites criadoras, essa dependência criada pela chamada indústria cultura trás uma relação de imposição para as massas, Adorno explica que a padronização causada pela indústria cultural é responsável por uma série de problemas sociais.

Por fim, um dos problemas sociais mais marcantes é a influência das práticas coronelistas, que tem mantido fortes vínculos na política atual através da compra de votos, das barganhas, da difusão de seus ideais e da persuasão das pessoas com a manipulação de suas consciências, tudo isso no pretexto de obter vantagens eleitorais. E como foi visualizada no decorrer deste capítulo a estrutura e manipulação das práticas coronelistas estão relacionadas na maioria das vezes com os meios midiáticos que se utilizam de sua capacidade de formar

opinião para obter proveito e convencer a opinião pública ao seu favor. Então exploração política em nossa sociedade tem mantida viva a permanência das práticas coronelistas. E por meio da apropriação e uso das tecnologias de informação, que as práticas do que os autores chamam de Neocoronelismo dão continuidade às velhas práticas coronelistas.

Como vimos neste capítulo às práticas coronelistas permanecem vivas no cenário político atual da nossa sociedade trazendo consigo uma série de problemas e conflitos políticos, econômicos e sociais que permeiam e condicionam o cotidiano político brasileiro através da farsa de um posicionamento de forma imparcial dos nossos governantes, que se utilizam dos discursos e dos meios de comunicações para justificar suas manobras políticas e convencer as massas. Por último e para reforçar, a nossa percepção traçada nesse trabalho sobre as práticas coronelísticas que teve como objetivo relata a manutenção das práticas do coronelismo, no mundo da política atual através das facções políticas tradicionais que controlam diretamente e indiretamente o poder e têm o apoio da mídia tradicional para mascarar alguns eventos ocorridos e se manterem com seus representantes políticos no centro das decisões. Portanto as questões ligadas ao coronelismo se fazem presente em nossa sociedade produzindo situações nefastas para o sistema de representação democrático, totalmente abalado e incapaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das relações de poder presentes em nossa sociedade hoje percebemos que a mesma se estrutura em pilares de desigualdade. O poder se encontra inserido em um jogo de interesses e vantagens materiais servindo como determinação na luta para quem o exercer, ou seja, o peso da estrutura social tem favorecido quem tem posse, a luta pelo poder exclui dos centros de poder e de decisões os setores dominados mais fracos economicamente, estas relações têm servido de pano de fundo para o aumento das desigualdades.

Refletindo sobre essas questões percebemos que as relações de poder na sociedade brasileira se sustentam por gerações, desde o período em que procuramos analisar nesse estudo, ou seja, os tempos das práticas coronelistas, enquanto continuidade na política atual, levando em conta adaptação das novas elites econômicas nesse processo de transformação político-social onde o conglomerado dos meios de comunicação de massa em especial a mídia televisiva que tem papel importante no domínio das massas.

Conforme mostrado neste trabalho as condições que permitiram determinadas práticas políticas de dominação, estão ligadas ao discurso da mídia que acaba mascarando algumas irregularidades praticadas por políticos aliados a essas empresas de comunicação, ou seja, o sistema político continua seguindo uma base clientelista advinda da herança política coronelista. Procuramos mostrar a partir das novas abordagens a cerca das práticas coronelistas, as problemáticas existentes no meio político de hoje. Essas construções discursivas e interpretativas historiográficas nos mostram as práticas coronelistas retomadas através de novos inventos político, econômico e social das organizações e instituições dominantes de hoje que controlam o poder.

Mostramos através dessas análises historiográficas, e também matérias jornalísticas que trazem os registros de fatos ocorridos ou práticas envolvendo diversas autoridades políticas em caso de corrupção. O exemplo de concessões de Radio e televisão, que funcionam com acordos para transformarem, esses espaços em palanques durante os pleitos eleitorais, assim como mecanismo de obtenção de votos. Em alguns casos essas emissoras funcionavam de fachadas através de nomes de laranjas, onde na maioria das vezes o processo de licitação acabava saindo gratuito devido às trocas de favores eleitoreiros.

Sendo assim, podemos dizer que as interpretações da historiografia sobre a permanência das práticas coronelistas têm sua veracidade. Por meio da leitura dos autores que tratam o tema do Neocoronelismo e sua atuação na política atual, conseguimos perceber os

objetivos planejados pelos seus estudos, que era mostrar as diversas formas de continuidade das práticas coronelistas nos dias atuais, levando em consideração as diversas abordagens que tratam do tema durante o período da República Velha e após esse período, ao analisarmos os dois lados da história ajudou-nos a entender os fatos que levaram a continuidade das práticas de ontem.

Assim, com o diálogo com esses autores foi possível analisarmos as práticas coronelistas sob a perspectiva de três momentos definidos por capítulos tais como: no primeiro capítulo procuramos demarcar as práticas do coronelismo no viés das representações de espaço e tempo através dos estudos clássicos do tema onde tratamos a questão da estrutura e organização da conduta política coronelista, através da apropriação do poder público pelo privado na região Nordeste durante o período da República Velha (1889 – 1930) procurando expor a ampliação das relações políticas oligárquicas.

No segundo capítulo procuramos mostrar as implicações historiográficas sobre a perpetuação das práticas coronelística na conjuntura política brasileira, através das organizações econômicas capitalistas, levando em conta apropriação das práticas tradicionais herdadas do coronelismo como clientelismo, mandonismo e compra de votos como condutas que de forma mascarada continuam interagindo no sistema político brasileiro no decorrer dos tempos.

No terceiro capítulo focamos na questão das tramas políticas atuais como sendo herança ou continuidade das práticas coronelistas. Essa questão foi analisada através da perspectiva de manutenção das práticas coronelistas enquanto cultura política que permanece viva no imaginário social, condicionando e permeando as práticas políticas de hoje, através dos discursos da elite e da Mídia que procuram persuadir e convencer a opinião pública de acordos com seus interesses.

Com esse trabalho buscamos enfim colaborar com mais uma abordagem do coronelismo enquanto temática importante para nos historiadores. Através do diálogo com a historiografia clássica do tema e os estudiosos que defendem a continuidade e atualidade das práticas coronelistas na política atual, procuramos mostrar o estado da questão, nos situando em um campo de interpretação das práticas da política atual, como procuramos exemplificar, são herdeiras de negociações escusas de domínio de poder pessoal, familiar e econômico na política. O novo de nossa abordagem é pensa ser a sistematização dessa questão que ainda tem muito a ser pensada e mais particularizada a partir de estudos sobre o poder econômico e das mídias na política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANDRADE, Maria Alonso de. **Notas sobre clientelismo, coronelismo e representações políticas**. In: “texto UFPB – NDHIR” n° 20, João Pessoa 1998.
—————. Neo-coronelismo e perspectivas eleitorais, na nova república. In “texto UFPB/NDHIR” n°. 12 João Pessoa: 1995.
- ARDENGLI, Lurdes Grolli. **Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência em Palmeira das Missões** / Lurdes Grolli Ardenghi. – 2003.
210 f.
Dissertação (mestrado) – Universidade de Passo Fundo, 2003.
- BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 4. Ed. Petrópolis: vozes, 2004.
- BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no nordeste**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- CARONE, Edgar. **A República Velha: Instituições e classes sociais**. 2. Ed. São Paulo, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. As metamorfoses do coronel. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: 06 de Maio 2001. Disponível em:
http://www.ppphis.ifcs.ufri.br/media/carvalho_metarmofose_coronel.pdf
- . Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discursão conceitual. In: **Pontos e Abordados: escritos de história política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005 a. P- 130 – 155. 1ed.
- DECCA, Edgar S. de. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Formação do Patronato político brasileiro/ 3. edição, revista, 2001 globo.
- FERNANDES, Bob. **Os donos do poder**. Carta capital, 13, 1995. P. 15-53.
- FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. **Os senhores do sertão: coronelismo e parentela em uma área periférica de Minas Gerais (1889 – 1930)** / Vitor Fonseca Figueiredo – 2010. 175 f
- FOUCAULT, Michel. In: **A ordem do discurso**. 10. Ed. São Paulo: edições Loyola, 2004.
- FOUCAULT, M. **Micro física do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FORTUNATO, Maria Lucinete. **O conceito de coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local**/ Maria Lucinete Fortunato. - Campina Grande: EDUFCEG, 2008.
231p.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/veja-casos-de-candidatos-barrados-pelo-ficha-limpa-que-seriam-eleitos.html>. Acessado em 10 de Agosto de 2018 às 11h21min.

<https://www.webartigos.com/artigos/coronelismo-ecos-da-republica-velha-na-politica-atual-do-brasil/3268#ixzz5Meh3zVRU>. Acessado em 18 de julho de 2018 às 13h55min.

<https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/os-padroes-de-manipulacao%E2%80%9D-na-midia-brasileira>. Acessado em 03 de Agosto de 2018 às 10h23min.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O coronelismo ainda é uma questão Historiográfica?** IN: XIX simpósio nacional de História – ANPUH, Belo Horizonte – MG Junho de 1997.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 6 ed. São Paulo-SP: Editora: Brasiliense, 1981.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto** – município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa - Omega, 1976.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. Ed. Campinas: Unicamp, 1992.

LOBATO, Elvira. **Governo Lula distribui TVs e rádios educativas a políticos**. Folha de São Paulo. 18 de Junho de 2006. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1806200602.htm>. Acessado em 07 de Agosto de 2018 às 12h58min.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias, 1889-1934: A Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: contexto, 2009.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992

QUEIROZ, F. J. C. In: **Padres, Coronéis e Ativistas Sociais: O Cariri à Época da Usurpação Militarista – 1964 – 1985**. Fortaleza, 21 de Abril DE 2010: Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1956/57), "**O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira**". *Anhembi*, 24/26.

_____. (1975), "**O Coronelismo numa Interpretação Sociológica**", in B. Fausto (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 1. São Paulo, Difel, pp. 155-190.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. **Formas de Dominação oligárquica na primeira república: uma proposta interpretativa em história regional**. Congresso de história, Jataí – GO, anais 2014.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa - Omega, 1976.

REIS, Marlon Jacinto. **Lei complementar nº 135 de 4 de junho 2010: interpretada por juristas e membros responsáveis pela iniciativa popular**. São Paulo: Edipro, 2010.

RÊGO, André Heráclito do. **Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder**. São Paulo: Editora Girafa, 2008.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. – 2ª Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003. 472p

SANTOS, Susy dos. E - Sucupira: **o Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. 2006. Disponível em: www.compos.com.br/e-compos. Acesso em 02 de Agosto de 2018 às 20h22min.

Silva, Dêis Maria Lima Cunha. **As permanências do coronelismo e do voto de cabresto na política de Cacimbas-pb**. Discurso historiográfico. Ano 2012
<http://discursohistoriografico.blogspot.com/2012/11/as-permanencias-do-coronelismo-e-do.html>

VILAÇA, Marcos Vinícius e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. **Coronel, Coronéis: Apogeu e Declínio do coronelismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

WEBER, Max. **Os três tipos puros de dominação legítima**. In: COHN, Gabriel (Org.). Max Weber: Sociologia. 6. Ed. São Paulo: Ática, 1997.